

Mensagem nº 401

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam.

Os méritos do Senhor Carlos Ricardo Martins Ceglia que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de novembro de 2014.

Brasília, 10 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Aviso nº 511 - C. Civil.

Em 25 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA*

CPF.: 261.980.961-49

ID.: 8074 MRE

1958 Filho de Silvério Ceglia e Nora Martins Pereira e Souza, nasce em 24 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1980 Ciências Políticas pelo Institut D'Etudes Politiques, Toulouse, França

1983 CPCD - IRBr

1992 CAD - IRBr

2006 CAE - IRBr, A eleição de Álvaro Uribe V. à Presidência da República da Colômbia. Análise da política de mano dura contra as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP) e suas repercussões para o Brasil.08/2002 a 12/2004

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário

1988 Segundo-Secretário

1996 Primeiro-Secretário, por merecimento

2002 Conselheiro, por merecimento

2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2013 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1984-86 Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, assessor

1986-88 Departamento Econômico, assessor

1988 Subsecretaria para Assuntos Econômicos e Comerciais, assessor

1988-91 Embaixada em Madri, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1991-95 Embaixada em Moscou, Segundo-Secretário

1995-96 Secretaria Especial de Imprensa, assessor

1996-97 Ministério do Planejamento e Orçamento, Assessor Especial

1997-2000 Embaixada em Paris, Primeiro-Secretário

2000-03 Embaixada em Bogotá, Primeiro-Secretário e Conselheiro

2003-05 Embaixada em Túnis, Conselheiro

2006-07 Divisão da Europa II, Chefe

2007-10 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro

2010-11 Divisão de Atos Internacionais, Chefe

2011- Departamento do Oriente Médio, Diretor

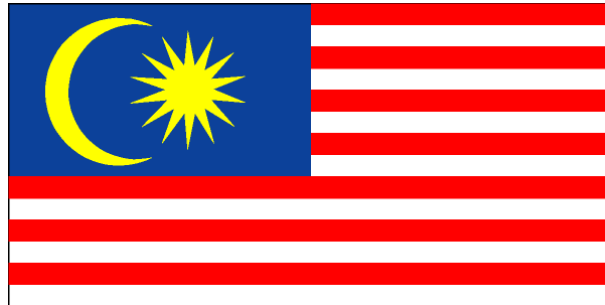
Condecorações

1995	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
1996	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
1996	Ordem Mérito Forças Armadas, Brasil, Cavaleiro
2010	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Militar, Oficial

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MALÁSIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVA
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Malásia
CAPITAL	Kuala Lumpur (Putrajaya é o centro administrativo)
ÁREA	329.750 km ²
POPULAÇÃO (2014)	30,1 milhões
IDIOMA OFICIAL	Malaio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (60,4%, oficial); budismo (19,2%); cristianismo (9,1%); hinduísmo (6,3%); religiões tradicionais chinesas (2,6%); outras (1,5%); nenhuma (0,8%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional federada
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado (70 assentos) e Câmara dos Deputados (222 assentos)
CHEFE DE ESTADO	Sultão Abdul Halim de Kedah (desde dez/11)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Tun Razak (desde 2009, reeleito em 2013)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Anifah Aman (desde 2009, mantido em 2013)
PIB nominal (2013)	US\$ 312,4 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 525,7 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2013)	US\$ 10,547
PIB PPP <i>per capita</i> (2013)	US\$ 17,748
IDH (2012)	0,769 (64° de 187)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	74,5 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO, 2010	93,1%
ÍNDICE DE DESEMPREGO, 2014	3,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Ringgit
EMBAIXADORA NO BRASIL	Sudha Devi (desde 2009)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	360 indivíduos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → MALÁSIA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013	2014
										(jan-abr)	(jan-abr)
Intercâmbio	1.042,7	1.548,7	1.959,8	2.514,4	2.036,2	2.950,9	3.906,3	3.657,3	3.583,9	1.048,7	1.181,0
Exportações	405,7	647,4	679,8	877,3	810,5	1.201,8	1.618,9	1.573,7	1.372,3	461,5	510,5
Importações	637,07	901,3	1.280,0	1.637,1	1.225,7	1.749,1	2.287,4	2.083,6	2.211,6	587,2	670,5
Saldo	-231,3	-253,9	-600,2	-759,8	-415,2	-547,3	-668,5	-509,9	-839,3	-125,6	-160,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

Chefe de Estado
Sultão Abdul Halim Mu'adzam Shah
Título original: Yang di-Pertuan Agong



Nasceu no Estado de Kedah (de que é o Sultão), na Malásia, em 28 de novembro de 1927. Possui diploma em Ciências Sociais e Administração Pública pela Universidade de Wadham, Oxford, Reino Unido.

Trabalhou no Serviço Administrativo de Kedah e no Tesouro do Estado. Tornou-se Sultão de Kedah, por hereditariedade, em 1958, após a morte de seu pai.

O cargo de Chefe de Estado da Malásia é rotativo, alternando-se entre os Sultões dos Estados da Federação a cada cinco anos. Sendo assim, Abdul Halim já foi o Chefe de Estado do país anteriormente, entre 1965 e 1970. O atual mandato como Chefe de Estado se estende de 2011 a 2016. É o primeiro Chefe de Estado da Malásia a exercer por duas vezes o cargo, de natureza sobretudo protocolar.

Chefe de Governo
Primeiro-Ministro Najib Tun Razak



Filho mais velho do ex-Primeiro-Ministro Abdul Razak Hussein (que governou o país entre 1970 e 1976), nasceu no distrito de Kuala Lipis, no Estado de Pahang, Malásia, em 23 de julho de 1953. Fez estudos primários e secundários na Inglaterra, e graduou-se em Economia Industrial pela Universidade de Nottingham (Inglaterra), em 1974.

Em 1974, ao retornar à Malásia, foi admitido como executivo na companhia nacional de petróleo, Petronas, onde trabalhou por dois anos, antes de ingressar na política, após a súbita morte de seu pai, em 1976. Seu nome foi a escolha natural da coalizão da Frente Nacional para candidatar-se pelo distrito de Pekan. Elegeu-se deputado com grande votação, aos 23 anos.

Foi indicado Vice-Ministro de Energia, Telecomunicações e Correios, em 1976; Vice-Ministro da Educação e Vice-Ministro das Finanças, 1976; Ministro da Cultura, Juventude e Esportes, 1986; Ministro da Defesa, 1990; Ministro da Educação, 1995; e novamente Ministro da Defesa, de 1999 a 2008. Visitou o Brasil nessa função, em dezembro de 2001.

Em março de 2009, foi investido no cargo de Primeiro-Ministro, que acumula com a pasta das Finanças. Foi reeleito Primeiro-Ministro em maio de 2013, e reeleito Presidente de seu Partido (Organizações Nacional dos Malaios Unidos – UMNO) em outubro.

**Ministro de Negócios Estrangeiros
Anifah Aman**



Nasceu em Keningau, Sabah, em 16 de novembro de 1953. Cursou Filosofia, Economia e Direito na Universidade de Buckingham, Inglaterra.

Sua carreira política teve início em 1991, quando se tornou membro da Organização Nacional dos Malaios Unidos (UMNO), Partido do governo, na circunscrição de Beaufort, em Sabah.

Em 1999, foi eleito Parlamentar pelo distrito de Beaufort, Sabah. Em 2004, 2008, e 2013, foi reeleito para mandatos parlamentares, pelo distrito de Kimanis, Sabah.

De 1999 a 2004, foi Vice-Ministro das Indústrias Primárias; de 2004 a 2008, Vice-Ministro da Agricultura de Exportação. Em 2009, foi nomeado Ministro de Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Malásia foram estabelecidas em 1959. Em 1981, foram abertas as respectivas missões diplomáticas em Brasília e em Kuala Lumpur. As relações bilaterais são densas no campo econômico-comercial, ainda que se expandam para novas áreas. A Malásia foi, em 2013, o terceiro principal parceiro comercial do Brasil entre os membros da Associação de Países do Sudeste Asiático (ASEAN), com um comércio bilateral da ordem de US\$ 3,58 bilhões, e foi o principal parceiro comercial do Brasil no bloco no primeiro quadrimestre de 2014, com intercâmbio de US\$ 1,18 bilhão. Destacam-se os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce (VALE) na Malásia (terminal logístico e usina de pelletização de ferro) e da Malásia pelo Grupo Berhad SCOMI no Brasil (monotrilhos em São Paulo e Manaus, com fábrica no Rio de Janeiro), dentre outros.

A Malásia poderá também servir de canal para o estreitamento das nossas relações com os países islâmicos. Além de membro ativo da Organização da Cooperação Islâmica, a Malásia ambiciona afirmar-se como centro comercial, econômico e financeiro nas relações com os países islâmicos.

Brasil e Malásia são países megadiversos e defendem o fortalecimento do multilateralismo. A Malásia é membro fundador da ASEAN e acolheu positivamente o processo de aproximação do Brasil com o grupamento, marcado pela nossa adesão em 2012, ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC).

Visitas e diálogo bilateral

As únicas visitas de Chefe de Estado/Governo foram a do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e do ex-Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad, em 2003. O atual Primeiro-Ministro Najib Razak esteve no Brasil em 2001, então como Ministro da Defesa.

O Vice-Governador do Pará, Helenilson Pontes, visitou a Malásia em maio de 2012, com delegação de 46 pessoas e agenda voltada para o setor de óleo de palma. No âmbito ministerial, o então Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho, visitou Kuala Lumpur em outubro de 2010, chefiando comitiva empresarial. A então Subsecretária-Geral Política-II do Ministério das Relações Exteriores (MRE) (Ásia e Oceania), Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou a Malásia em 2010 (para reunião de consultas políticas) e 2013 (para fazer gestões em favor da candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio - OMC).

Pelo lado malásio, em março de 2014, visitou o Pará e o Rio de Janeiro a Vice-Ministra de Produtos de Base, Nurmala Abdul Rahim, com foco em biodiesel. Além disso, visitaram o Brasil, em 2011, o

Ministro dos Transportes, Kong Choo Ha (maio), e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Richard Riot Jaem (agosto). Em 2005 e 2006, estiveram no país o Comandante das Forças Armadas e o Comandante da Real Força Aérea da Malásia, no âmbito das negociações de venda à Malásia da segunda bateria do Sistema ASTROS II da Indústria Aeroespacial S/A (Avibras), (cujo contrato foi assinado em 2007), e de aviões da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER), para fins de vigilância do espaço aéreo malásio.

Não há mecanismos bilaterais de diálogo formalmente criados. Entretanto, já foram mantidas reuniões de consultas políticas e está sendo discutida a criação de Comissão Mista Comercial e de Comitê Consultivo Agrícola. Está em fase de constituição Grupo Parlamentar Brasil-Malásia, após a aprovação de Projeto de Resolução de autoria do Deputado Eduardo Cajado (DEM-BA).

Acordos

Estão em vigor acordos bilaterais sobre serviços aéreos; relações comerciais; e dispensa parcial de vistos.

Entre os instrumentos em negociação, estão pendentes de reação malaia:

- Acordo Básico de Cooperação Técnica (desde agosto de 2011, reapresentado pelo Brasil em novembro de 2012);
- Acordo de Cooperação em Matéria Penal (desde 2005, reapresentado pelo Brasil em julho de 2012).

Por outro lado, estão pendentes de resposta brasileira os seguintes acordos :

- Termos de Referência de Comissão Mista Comercial (proposta malaia de março de 2012);
- Acordo sobre Transportes Marítimos (proposta malaia de julho de 2010).

O Brasil notou pontos na proposta malaia que não poderiam ser aceitos. Recentemente, em consultas com os órgãos governamentais competentes, foi concluída a elaboração de acordo-modelo sobre transportes marítimos, que será encaminhado ao lado malaio como contraproposta. O referido instrumento deverá prever o reconhecimento mútuo de certificados e documentação dos navios e tripulantes.

O Brasil foi ainda autor da proposta de um Acordo sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Dependentes do Pessoal Lotado em Missão

Diplomática, em julho de 2013. Em resposta, a Malásia apresentou contraproposta que contempla o exercício de atividades remuneradas por parte das esposas de diplomatas.

Comércio e investimentos bilaterais

Quadro geral

As áreas de comércio e investimentos constituem a vertente de maior densidade do relacionamento bilateral. Situa-se em São Paulo escritório mantido pela a agência malaia de promoção de comércio e investimentos (MATRADE).

O comércio bilateral totalizou US\$ 3,58 bilhões em 2013, o que situou a Malásia como o terceiro principal parceiro comercial do Brasil na (ASEAN), atrás apenas de Tailândia (US\$ 4,03 bilhões) e Indonésia (US\$ 3,6 bilhões). O comércio bilateral foi pouco inferior ao que o Brasil manteve com vizinhos como Uruguai – US\$ 3,8 bilhões – e Peru – US\$ 3,9 bilhões. No primeiro quadrimestre de 2014, a Malásia foi o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN (corrente de comércio de US\$ 1,18 bilhão).

Desde 1995, as trocas comerciais permanecem deficitárias para o Brasil, situação decorrente, em grande medida, da concentração de nossa pauta exportadora em produtos de base. Do US\$ 1,37 bilhão exportado pelo Brasil, 77,81% corresponderam, como de costume, a três "commodities" - açúcar, milho em grãos e minério de ferro. As importações provenientes da Malásia, por seu turno, caracterizam-se por maior diversificação e nível de industrialização. Dos US\$ 2,21 bilhões importados em 2013, ressaltam-se produtos como óleo diesel (10,53%), circuitos integrados (9,35%), microprocessadores (8,82%), luvas de borracha (7,64%) e cartuchos de tinta (6,23%).

Há perspectivas promissoras de exportação brasileira nos setores de carnes, de defesa, e aeronáutico.

Ao final de 2013, o Governo brasileiro encaminhou ao lado malásio contraproposta de Termos de Referência para a criação de Comissão Mista de Comércio, encaminhada inicialmente pelo lado malásio. No momento, o governo da Malásia está analisando o nível adequado do mecanismo.

Sistema Astros II, da AVIBRAS

Como mencionado, a Malásia já adquiriu duas baterias do Sistema ASTROS II, produzido pela Avibrás, e considera a possibilidade de novas compras.

Aeronaves

A Embraer explora possibilidades de vendas para a Malásia de aviões de patrulhamento e de jatos comerciais.

Carnes

O intercâmbio no setor de produtos cárneos revela grande potencial, uma vez que, como apresentado, a Malásia busca tornar-se *hub* de vendas para Estados-Membros da Organização da Cooperação Islâmica e para as diásporas muçulmanas no hemisfério norte (América do Norte e Europa Ocidental) e países asiáticos.

O Brasil tem buscado ampliar o número de estabelecimentos habilitados a exportar carne bovina e de peru e abrir o mercado malásio para as exportações de carne de frango. Após a realização de missão técnica ao Brasil em novembro de 2013, a Malásia habilitou, em abril de 2014, oito estabelecimentos brasileiros produtores de carne bovina. Com essa decisão, o Brasil poderá ampliar sua presença no mercado malásio e assegurar importante credencial para acessar outros mercados, por ser capaz de cumprir alguns dos mais rígidos requisitos de certificação "halal" do mundo. Antes da mencionada missão, o Brasil já tinha dois estabelecimentos produtores de carne bovina e um de carne de peru habilitados a exportar à Malásia, sujeitos a reabilitação periódica a cada três anos.

Defesa comercial

Em novembro de 2013, foi iniciada investigação acerca de *dumping* sobre as exportações para o Brasil de chapas acrílicas da Malásia.

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) apontou para o expressivo incremento nas importações de calçados procedentes da Malásia e de outros países do Sudeste Asiático, após a aplicação, pelo Brasil, de medida *antidumping* contra as exportações chinesas do produto. Neste contexto, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) realizou, entre 2010 e 2012, investigação sobre a denúncia de circunvenção comercial, que não identificou prática irregular por parte da Malásia.

Investimentos

Vale

A Vale é responsável pelo único investimento externo direto brasileiro de relevo na Malásia. A mineradora tem levado a cabo, desde 2011, a primeira fase de seus investimentos no estado de Perak, com a construção de terminal marítimo e de pátio de estocagem, para a distribuição regional de minério de ferro, a um custo inicial de US\$ 1,4 bilhão. O primeiro navio "Valemax" chegou ao terminal em março de 2014 (o que reduz a dependência em relação aos portos chineses).

Em março de 2013, a Vale foi contemplada com o "Social Service Award" distribuído pela "Asia-Pacific Enterprise Cooperation", baseada em Cingapura. A premiação destina-se a iniciativas empresariais bem-sucedidas em áreas de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social em 16 países da Ásia-Pacífico. A Vale foi premiada em reconhecimento por seu papel como catalizador de desenvolvimento social e por seus contínuos esforços na promoção do diálogo construtivo com as comunidades locais. Ao receber o prêmio, o Gerente Geral do Projeto, Senhor Marcelo Figueiredo, destacou a estratégia de promoção social da empresa brasileira, que construiu parcerias com a sociedade civil local e com instituições governamentais, cobrindo áreas como aprimoramento educacional, capacitação profissional, saúde, infraestrutura e programas de geração de renda.

Escritórios brasileiros na Malásia

Além da VALE, possuem escritório na Malásia as empresas brasileiras AVIBRAS (produtos e serviços de defesa); Serviço de Engenharia e Gerenciamento de Projetos (PROGEN); e Empresa global de alimentos à base de carne bovina, suína de aves e peixes (MARFRIG)

Petróleo

A Malásia possui grande tradição em petróleo e gás. Em maio de 2013, a empresa malásia de petróleo (PETRONAS) havia anunciado negócio de US\$ 850 milhões com a petroleira Óleo e Gás participação S.A. (OGX), no qual a empresa malásia iria adquirir participação de 40% no Campo de Tubarão Martelo, situado na Bacia de Campos. Com a rescisão do contrato, entretanto, não houve o investimento. A empresa também participou da 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Leilão do Campo de Libra, no Pré-Sal, não tendo adquirido nenhum campo nessas rodadas.

No Brasil, a Petronas atua no ramo de comercialização de lubrificantes (Petronas Lubrificantes). As operações, em Contagem-MG, receberam, em 2013, investimentos adicionais de R\$ 300 milhões, com vistas à expansão da produção.

Petrobras e Petronas estão associadas na prospecção de petróleo em Moçambique.

Óleo de palma

A Malásia é o segundo maior produtor mundial de óleo de palma, que constitui seu quarto principal item de exportação e que pode ser usado tanto para alimentação humana, quanto como combustível. O setor foi responsável, ainda, por elevar à classe média aproximadamente 1,5 milhão de pessoas nos últimos cinquenta anos.

O Brasil pode beneficiar-se de intercâmbio com a Malásia nessa área, sobretudo por meio da atração de investimentos. A decisão da VALE de utilizar biodiesel em suas locomotivas enseja boas perspectivas nessa área. Há permanente interesse dos principais grupos produtores da Malásia em ampliarem o leque de suas parcerias no exterior, dada a carência, na Malásia, de áreas disponíveis para a expansão do cultivo da palma. Está em negociação a participação da Federal Development Land Authority (FELDA) em plantação de palma, no Estado do Pará. A empresa malásia de tecnologia de Biodiesel (LIPOCHEM), por exemplo, tem negociado com a companhia brasileira Agro Industrial da Amazônia Ltda (BRASPALMA) a instalação de usina de refino do óleo de palma no Pará.

Em maio de 2012, visitou a Malásia o Vice-Governador do Pará, Helenilson Pontes, e delegação de 46 pessoas, incluindo empresários. A missão tinha por objetivo discutir a cooperação no setor de óleo de palma. Na ocasião, o Vice-Governador entregou ao Ministro de Plantação e Produtos de Base carta firmada pelo Governador Jatene, mediante a qual é solicitada cooperação na área. O Pará responde por 90% do óleo de palma produzido no país, e seu governo tenciona expandir o cultivo em áreas já degradadas e com clima propício.

Em julho de 2013, o Sr. Iderlon Azevedo, Assessor do Governador do Estado do Pará, visitou Kuala Lumpur para dar sequência às tratativas. As discussões versaram principalmente sobre possíveis investimentos no Pará, como no setor de borracha, de óleo de palma e de cacau.

Em março de 2014, visitou o Pará e o Rio de Janeiro a Vice-Ministra de Produtos de Base, Nurmala Abdul Rahim, para dar seguimento às perspectivas de cooperação e negócios. Foi assinado Memorando de Entendimento entre o *Malaysia Palm Oil Board* e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/PA), para produção de óleo de palma no Brasil.

A produção de óleo de palma no Sudeste Asiático já se expandiu para Indonésia, Papua-Nova Guiné e Libéria. O Brasil seria uma nova fronteira a ser explorada. Havia projeto da Autoridade Federal de Desenvolvimento Agrário da Malásia (FELDA) para cultivo da palma na cidade de Tefé, no Amazonas, que foi adiado, devido à crise econômica internacional à época.

SCOMI/BRASCOMI

Por meio do consórcio BRASCOMI, integrado também pela construtora C. R. Almeida, a empresa malásia SCOMI ganhou as licitações em São Paulo (linha Expresso Tiradentes) e Manaus para a construção de mon trilhos. O investimento em Manaus é da ordem de R\$ 1,46 bilhão. A empresa malásia será responsável pelo projeto, fabricação, fornecimento e implementação da linha. Consórcios com participação da SCOMI também têm interesse em desenvolver o mon trilho em outras cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Florianópolis, Belo Horizonte, e linhas adicionais em São Paulo). A SCOMI se interessa, também, pelo projeto do trem de alta velocidade Rio-São Paulo.

Juntamente com a Micro e Pequenas Empresas (MPE) Projetos Especiais e a BRASELL, com quem formou a "joint-venture" QUARK, a SCOMI inaugurou, em 2013, fábrica de monotrilhos no Rio de Janeiro. Nela, são montados os 72 vagões a serem utilizados na linha 17-ouro do Metrô de São Paulo, com índice de nacionalização superior a 60%.

A empresa malásia "SCOMI Group Bhd" firmou, em junho de 2010, Memorando de Entendimento com a empresa brasileira "SC Parcerias", braço empresarial do Governo de Santa Catarina, com o objetivo de explorar comercialmente projetos no país nas áreas de petróleo e gás, bem como no setor de transporte urbano de massa.

KNM

A KNM Industrial Ltda, fabricante de equipamentos para processamento de petróleo, gás, petroquímicos e minérios, entre outros, tem planta no Brasil desde 2006, no Espírito Santo, e expandiu suas operações em 2008, quando adquiriu instalações da Hitachi Zosen.

Cooperação em Defesa

A Malásia tem revelado interesse na intensificação da cooperação bilateral na área de defesa através da visita de autoridades do alto escalão ao Brasil. Além dos titulares do Comando das Forças Armadas (2006) e da Aeronáutica (2005), o próprio Primeiro-Ministro Najib Razak esteve no Brasil em 2001, na condição de Ministro da Defesa.

O Ministério da Defesa da Malásia adquiriu, em 2002 e 2007, duas baterias do Sistema ASTROS II, produzido pela Avibrás. A tecnologia brasileira foi muito apreciada pelas autoridades do país, que estão considerando, no quadro de dispêndios do X Plano Nacional de Desenvolvimento (2011/2015) na área de defesa, a encomenda de uma terceira bateria do sistema balístico.

A cooperação em matéria de defesa entre Brasil e Malásia apresenta grande potencial. Em discurso proferido na "Langkawi International Maritime and Aerospace Exhibition (LIMA)", ocorrida naquele país em março de 2013, o Primeiro-Ministro Najib Razak afirmou que as indústrias aeroespacial e marítima são setores-chave para investimentos e apoio do governo, salientando que os programas de modernização militar deverão continuar a impulsionar os gastos em defesa nos países da ASEAN, região em que navios e aeronaves, veículos blindados e não tripulados deverão conformar a maioria das despesas em aquisições, pelo menos até 2020.

Cooperação agrícola

Diante do crescimento das exportações brasileiras de produtos agropecuários, o Brasil propôs a criação de um Comitê Consultivo Agrícola (CCA) para avançar questões ligadas ao setor, como o credenciamento de plantas de abate pelo rito muçulmano do *halal*, e um maior diálogo na área de soja e de óleo de palma (a Malásia é grande produtor e influi na determinação de preços internacionais). Em julho de 2007, durante visita de missão do MAPA àquele país, o Brasil sugeriu acordo na área de segurança sanitária e fitossanitária, que está atualmente sob análise da Parte malásia.

Em 1994, foi firmado Memorando de Entendimento (MdE) entre a EMBRAPA e o "Malaysian Research and Development Institute - MARDI", que teria gerado cooperação ativa até 1997 (quando a cooperação foi abalada em virtude da crise asiática). O MdE expirou em 1999, tendo o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia - CENARGEN/EMBRAPA encaminhado ao MARDI sua proposta de renovação, recebendo contraproposta com pequenas alterações. Desde então não houve avanço no assunto. Em abril de 2014, a EMBRAPA manifestou interesse em retomar a cooperação com o MARDI, mediante a renovação do Memorando de Entendimento expirado em 1999, mas considera que seria necessário, previamente, identificar projeto(s) de pesquisa conjunta de interesse das partes, inclusive com definição de fontes de financiamento.

Existe amplo potencial para a cooperação bilateral em óleo de palma, registrando-se troca de visitas na área, especialmente envolvendo o estado do Pará. Nesse sentido, realizou-se, em março de 2014, por ocasião de visita ao Brasil da Secretária-Geral do Ministério das Indústrias de Plantação e Produtos de Base daquele país (MPIC), Nurmala Abdul Rahim, reunião com representantes da Embrapa Amazônia Oriental, unidade de pesquisa daquela Empresa que, juntamente com a Embrapa Amazônia Ocidental, com sede em Manaus, desenvolve pesquisas sobre palma de óleo e seringueiras. Na ocasião, as partes reestabeleceram discussões com vistas à identificação de áreas de interesse comum, que dariam ensejo à conformação dos projetos de cooperação que justificassem a renovação do Memorando de Entendimento.

Cooperação em biocombustíveis

Há oportunidades de cooperação na área de biocombustíveis, o que já se refletiu em algumas iniciativas concretas. Em outubro de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário designou dois professores da Universidade Federal de Viçosa para irem à Malásia conhecer a cadeia de produção de óleo de palma.

Como mencionado, realizou-se, em março passado, visita da Secretária-Geral do Ministério das Indústrias de Produtos de Base ao Brasil, acompanhada de funcionários das companhias malásias "Felda Global Ventures" e "Sime Darby", que estudam realizar investimentos no Brasil, em óleo de palma e biocombustíveis em geral. Entre os temas de interesse para a visita, estava a experiência brasileira

com biodiesel. A Malásia estuda adotar futuramente o biodiesel B10 (mistura de 10% de biodiesel ao combustível), de modo a ampliar o consumo doméstico do óleo de palma e melhor regular os estoques nacionais do produto. Durante a visita, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Diretoria Malásia do Óleo de Palma (MPOB) e a EMATER-Pará; e houve visita à Federação da Agricultura e Pecuária daquele estado (FAEPA) e à EMBRAPA. A Secretária-Geral também se reuniu com representantes da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ocasião em que pôde conhecer com maior profundidade a experiência brasileira em biodiesel.

A Malásia tem sido, também, palco de importantes eventos do setor de biocombustíveis. Em março de 2009, por exemplo, realizou-se em Kuala Lumpur, o “Asian Biofuels Roundtable 2009”; em março de 2011, realizou-se o “Biowise 2011”; ambos com participação brasileira.

Cooperação educacional

Brasil e Malásia não possuem Acordo-Quadro de Cooperação Educacional, o que não impede iniciativas pontuais de cooperação levadas a cabo no nível das universidades. O Vice-Reitor da University of Malaya visitou, no segundo semestre de 2012, os campi da USP, Unicamp e UFRJ. O MAHSA University College e a University Malaysia Kelantan manifestaram interesse em estabelecer contatos com universidades brasileiras. Em março de 2014, a Malásia ofereceu ao Brasil a possibilidade de indicar candidatos a estudar cursos de Mestrado e PhD na Malásia, no âmbito do *Malaysian Technical Cooperation Programme*.

Conforme ranking divulgado em 2013 pela *"Times Higher Education"*, revista inglesa que trata de educação superior, há duas universidades malásias entre as 100 melhores do mundo entre países emergentes: a Kebangsaan, na 77^a posição, e a Putra, na 95^a.

Cooperação esportiva

Em maio de 2011, um treinador de futebol da Malásia participou, a convite do Governo brasileiro, de Curso Internacional de Treinadores de Futebol, promovido em conjunto pelo MRE e pelo Sindicato de Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo, com despesas custeadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O Chinese Recreation Club (CRC), de Penang, Malásia, manteve, de 2010 a 2012, programa de formação e intercâmbio de atletas de futebol com o Cruzeiro Futebol Clube, de Belo Horizonte. Apesar de não ter sido renovado o contrato que gerou essa iniciativa pioneira, os dois clubes ainda mantêm intercâmbio bilateral.

Em 2013, o Brasil propôs estabelecer mecanismo de cooperação na área

dos esportes com a ASEAN, da qual a Malásia faz parte, e aguarda a estruturação do Grupo de Altos Funcionários da ASEAN para a área de Esportes para avançar nos entendimentos com aquele grupamento asiático.

Cooperação técnica

O Brasil apresentou proposta de Acordo de Cooperação Técnica à Malásia em 2005 (versão atualizada foi enviada em novembro de 2012). Aguarda-se reação malásia. Em 2013, o Vice-Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Malásia afirmou que seria positivo maior diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação e seu homólogo malásio, o *Malaysian Technical Cooperation Programme* (MTCP).

Em novembro de 2013, a Diretora do MTCP esteve no Brasil, para participar do II Curso de Gestão de Cooperação Sul-Sul e Trilateral, oferecido pela ABC. Em junho de 2013, o Brasil enviou participante a curso sobre identificação de narcóticos em alfândega, oferecido pelo MTCP. Em 2014, a Malásia ofereceu ao Brasil a participação em diversos cursos técnicos, nas áreas de inteligência; tecnologia; combate a incêndio; urbanização e saúde; administração pública; petroquímica; e energias renováveis.

Assuntos Consulares

O Setor Consular da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur é o responsável pelo apoio à comunidade brasileira no país, estimada em aproximadamente 360 pessoas.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Malásia.

POLÍTICA INTERNA

A Malásia tornou-se independente da Grã-Bretanha em 1957. Em 1963, Malásia e Cingapura constituíram a Federação da Malásia, desfeita em 1965.

A Malásia é uma monarquia constitucional federada. O Rei (*Yang di-Pertuan Agong*) é escolhido por rodízio entre os soberanos de nove dos treze estados malásios, para mandato de cinco anos. O atual Chefe de Estado, Sultão Abdul Halim de Kedah, foi empossado em dezembro de 2011.

O Parlamento é bicameral, constituído pela Assembleia Popular, com 222 assentos, eleitos por voto distrital para mandatos de cinco anos; e Assembleia do País, com 44 membros indicados pelo Rei e 26 eleitos pelas assembleias estaduais, pelo período de três anos, com um limite de dois mandatos. A última eleição foi

realizada em 5 de maio de 2013, e as próximas ocorrerão até maio de 2018, mas podem ser convocadas antes pelo Primeiro-Ministro.

A Malásia é um país multiétnico de maioria muçulmana, sendo o Islamismo religião oficial. De acordo com a Constituição Federal, os integrantes da etnia malaia são muçulmanos natos e o nascimento ou a conversão à fé islâmica são legalmente irreversíveis.

A lei islâmica e o sistema legal civil coexistem, de acordo com a Constituição Federal. A organização e a instauração dos processos civis e islâmicos são constitucionalmente objeto da jurisdição federal e estadual. Cortes civis têm jurisdição sobre todos os cidadãos da Federação, enquanto as cortes islâmicas têm jurisdição apenas sobre as pessoas que professam a religião islâmica. Segundo o artigo 121(1A) da Constituição Federal, a distinção entre as cortes tem por objetivo prevenir conflitos entre as jurisdições civis e islâmicas.

O país adota, desde 1971, medidas de ação afirmativa em favor dos malaios (membros da etnia malaia, de credo islâmico) – à época, economicamente mais desprotegidos em relação à minoria chinesa (cerca de 27% da população). Essas políticas visavam um aumento, de 1,5% para 30%, na participação da população malaia na renda nacional – meta que poderia ter sido atingida na presente década. Ainda hoje, a etnia malaia continua a dispor de diversas facilidades, a exemplo de tratamento preferencial para a obtenção de empregos no serviço público, vagas em universidades públicas e taxas de financiamento imobiliário.

O governo de Razak tem buscado reduzir gradativamente esses privilégios e promover maior integração étnica. Registre-se, nesse sentido, o programa “One Malaysia”, por ele criado, que tem como um de seus valores a meritocracia e a integração entre as etnias. Atualmente, entretanto, observa-se certo descontentamento por parte da população chinesa (particularmente aqueles que detêm menor poder aquisitivo), diante das políticas afirmativas pró-malaias.

Destaca-se também, entre os projetos do governo, o “Visão 2020”, que almeja tornar a Malásia um país desenvolvido até aquele ano.

O país é governado desde a independência pela coalizão Barisan Nasional (BN), cujo partido dominante é a Organização Nacional dos Malaios Unidos (UMNO). Teve grande influência na formação do país o Primeiro-Ministro entre 1981 e 2003, Mahathir Mohamed, ainda ativo na vida política do país.

Mahathir foi sucedido por Abdullah Ahmad Badawi, que, nas eleições de 2008 (quando a BN perdeu a maioria de dois terços que mantinha no Parlamento desde 1969), foi substituído por Najib Razak, atual Primeiro-Ministro.

Apesar de acentuada perda de assentos nas eleições de 2008 e de 2013, a BN ainda detém maioria parlamentar, tendo assim a capacidade de aprovar legislação de sua autoria. O sistema eleitoral distrital, de escrutínio majoritário, favorece o partido da situação. A perda da maioria qualificada de dois terços, entretanto, retira da Barisan Nasional a capacidade de aprovar sozinha eventual emenda ao texto constitucional.

Conjuntura

Nas eleições gerais de maio de 2013, a coalizção Barisan Nasional, conquistou 133 assentos (63%), sete a menos que no pleito anterior, de 2008, e apenas 47% dos votos. A coalizção opositorista, Aliança Popular (AP), conquistou 89 assentos (37%), apesar de ter ficado com 51% dos votos. O líder da Oposição, Anwar Ibrahim, recusou-se a reconhecer a derrota, alegando a existência de claras fraudes eleitorais. Antes das eleições, membros da AP acusaram a BN de convencer o eleitorado de que uma derrota do Governo traria instabilidade e fomentaria choques étnicos, semelhantes aos ocorridos em 13 de maio de 1969.

Com a persistência dos protestos contra o governo após as eleições, o governo realizou prisões e apreendeu publicações, de forma moderada. O Primeiro-Ministro Razak apresentou proposta de retificação do processo eleitoral, que poderia corrigir eventuais problemas revelados nas eleições. O Sultão Abdul Halim fez apelo à oposição para que aceitasse o resultado das eleições.

O pleito foi marcado pelo aprofundamento do apoio de grande parte da população de etnia chinesa ao programa da oposição, configurando aparente divisão de base de apoio partidária de cunho étnico, objeto de declarada preocupação do Primeiro-Ministro Razak após as eleições (que denominou o fenômeno de "tsunami chinesa").

Segundo o relatório da Transparência Internacional de 2013, a Malásia ocupa a 53ª posição entre 177 países no tocante à corrupção percebida (atrás apenas de Cingapura e Brunei entre os países da ASEAN). O Brasil ocupa a 72ª posição.

Em março de 2014, a Corte de Apelação da Malásia reverteu absolvição anterior do líder opositorista Anwar Ibrahim e o condenou a cinco anos de prisão, por sodomia, afastando-o da disputa de eleição para o Governo do Estado de Selangor.

POLÍTICA EXTERNA

As grandes linhas da política externa malásia são a ênfase no multilateralismo; a atração pelo regionalismo; a defesa da solidariedade muçulmana; o não-alinhamento; a adoção de postura pragmática nos relacionamentos bilaterais.

A Malásia é membro fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e integra o Movimento Não-Alinhado e a Organização da Cooperação Islâmica (OIC). Não faz parte do Grupo dos 20 (G20) Comercial, em função de divergências com a Índia, sobre a tarifa de óleo de palma, mas tende a seguir as posições do Grupo. A Malásia ocupou por três vezes assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e é candidata para o biênio 2015-2016. É também membro ativo da Organização Marítima Internacional.

A posição estratégica da Malásia no estreito de Malaca (por onde circula a maior parte do petróleo do Oriente Médio consumido nos mercados asiáticos) e as

tensões étnico-religiosas contribuem para que os temas de segurança sejam prioritários para a política externa do país.

As relações com os vizinhos são em geral positivas. Entretanto, há litígios territoriais com a Indonésia, na Ilha de Bornéu, e com a China, no Mar do Sul da China, sem registro de incidentes graves nos últimos anos.

Em linha com a importância que atribui à relação com países islâmicos, a Malásia solidariza-se fortemente com a luta pela independência do povo palestino e condena a ocupação de territórios por Israel, país com o qual não mantém relações diplomáticas.

Relações com a ASEAN

A Malásia é um dos membros fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN, criada em 1967. Desde então, a ASEAN tem ocupado posição central na política externa malásia. A presidência anual rotativa da ASEAN será exercida pela Malásia em 2015, quando o grupamento pretende concluir a criação da "Comunidade da ASEAN", que prevê maior integração econômica, política e sociocultural na região.

Um dos principais mecanismos de diálogo centrado na ASEAN é a Cúpula da Ásia do Leste, que reúne os Chefes de Estado ou Governo dos dez membros da ASEAN e de EUA, China, Rússia, Japão, Índia, Austrália, Coreia do Sul e Nova Zelândia. O mecanismo foi criado em 2005 com a retomada de proposta aventada pela Malásia, em 1991. A primeira Cúpula foi realizada em Kuala Lumpur, na Malásia.

O Brasil está em processo de intensificação de suas relações com a ASEAN. Em novembro de 2012, o Brasil aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), que estabelece os princípios de convivência pacífica no Sudeste Asiático. O processo de intensificação das relações Brasil-ASEAN teve início formal em 2011, quando o Brasil designou seu Embaixador em Jacarta como o Embaixador junto à ASEAN. Em 2012, foi organizado no Brasil o I Curso para Diplomatas da ASEAN e, em novembro de 2011, o então Ministro Antonio Patriota participou do segmento ministerial da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali, Indonésia.

Relações bilaterais com outros países

Cingapura

Conforme mencionado, Malásia e Cingapura estiveram unidas sob uma mesma federação entre 1963 e 1965, quando ocorreu a separação dos territórios, em razão de tensões étnicas. Nas décadas subseqüentes, as relações se mantiveram delicadas, por motivo de posições divergentes em relação a questões fronteiriças, uso do espaço aéreo e o fornecimento de água da Malásia a Cingapura.

Nos últimos anos, no entanto, as relações bilaterais têm apresentado notável melhora, como demonstrado pelo bom encaminhamento das questões fronteiriças, o

incremento do comércio bilateral e a criação de diversas oportunidades de investimentos entre os dois países. Destaca-se, nesse contexto, o corredor de desenvolvimento denominado "Iskandar Malaysia", área três vezes maior do que a Ilha-Estado, ao sul da Malásia, que tem atraído manufaturas de Cingapura e tem ampliado o contato político e empresarial entre os dois países.

Em novembro de 2013, foi gerada situação de desconforto entre Cingapura e seus vizinhos Malásia e Indonésia, devido a relatos de que Cingapura, junto com os EUA, o Reino Unido, Canadá e Austrália, na forma do grupo de inteligência denominado "5-eyes", teriam monitorado a rede de comunicação da Malásia. O Alto Comissário de Cingapura na Malásia, entretanto, afirmou desconhecer a existência de qualquer assistência à suposta rede de espionagem.

China

Ainda que a Malásia também pleiteie área litigiosa no Mar do Sul da China, suas relações com aquele país são menos tensas do que as relações da China com o Vietnã e as Filipinas.

O Presidente da China, Xi Jinping, realizou visita de Estado à Malásia em outubro de 2013. Com foco notadamente econômico, a visita foi marcada pela elevação das relações diplomáticas a nível de "parceria estratégica abrangente" e pela assinatura de acordo para expandir o comércio do nível atual de US\$ 62 bilhões para US\$ 160 bilhões até 2017. Xi expressou interesse na participação chinesa no projeto do trem de alta velocidade que deverá ligar Malásia e Cingapura, com conclusão prevista para 2020. Foi também discutida cooperação em assuntos militares, segurança cibernética, policiamento e combate a crimes transnacionais.

Estados Unidos da América

As relações Malásia-Estados Unidos da América têm apresentado uma tendência de intensificação. A partir do 11 de setembro, com a chamada Guerra ao Terror (na qual o Sudeste Asiático foi elencado como "second front"), as relações bilaterais adquiriram crescente densidade na temática da segurança. Foi, contudo, a partir da assunção de Najib Razak, em 2008, que as relações bilaterais ganharam mais impulso. Medidas tomadas pela Malásia nesse sentido foram: o envio de paramédicos ao Afeganistão; reformas liberalizantes nos setores de serviços e comércio; e controle sobre comércio de potenciais componentes de armas de destruição em massa. A Malásia vê positivamente o desejo do Presidente Barak Obama de empenhar-se pelo diálogo com países islâmicos, assim como o "reequilíbrio" para a Ásia da política externa de Obama.

Em abril de 2014, o Presidente Barack Obama realizou visita à Malásia, a primeira de um Presidente norte-americano desde 1966. Durante o encontro com o

Primeiro-Ministro Razak, as Partes concordaram em elevar as relações bilaterais para o nível de "Parceria Abrangente".

Reino Unido

A Malásia tornou-se independente do Reino Unido em 1957, e constitui hoje membro da Comunidade Britânica de Nações. Malásia e Reino Unido mantêm parceria de diálogo, sendo muito expressivas as relações na área de defesa. Os dois países, (juntamente com Austrália, Cingapura e Nova Zelândia) constituem o "Arranjo de Defesa das Cinco Potências" (*Five Power Defence Arrangement*), desde 1971, para fornecimento mútuo de cooperação em caso de ataques.

Austrália

As relações entre os dois países têm-se estreitado sobretudo nas vertentes comercial, de investimentos, de defesa, e de pesquisa científica. Ambos os países são membros da Comunidade Britânica e do mencionado *Five Power Defence Arrangement*.

Em novembro de 2013, veio à tona denúncia de que a Austrália realizaria ações de espionagem em Kuala Lumpur, o que foi objeto de pedido de explicações realizado pela Chancelaria malásia. Também teriam sido vítimas da espionagem australiana Tailândia, Vietnã, Indonésia e Timor-Leste.

Em maio de 2012, os dois países assinaram Acordo de Livre Comércio, que entrou em vigor em 2013, abrangendo bens, serviços e investimentos, com liberalização gradativa até 2017. O acordo bilateral permitirá desgravação tarifária de forma mais acelerada, vez que a Área de Livre Comércio ASEAN-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA), firmada ainda em 2009, prevê a liberalização total do comércio apenas em 2020.

Brunei

Em 2009, os dois países assinaram acordo que concluiu processo negociador sobre disputas fronteiriças, iniciado em 1994. A fórmula acordada estipulou a definição das fronteiras marítimas, cooperação bilateral com vistas à exploração dos recursos de hidrocarbonetos na zona lindeira e a demarcação dos limites terrestres entre a Malásia e o Brunei. Em consequência, os dois blocos ricos em petróleo ao largo da costa do Estado de Sabah, nomeados CA1 e CA2, sobre os quais Brunei detém direitos soberanos, poderão ser explorados conjuntamente.

Filipinas

Nas relações com Manila, destacam-se questões relativas às minorias muçulmanas no sul das Filipinas. As comunidades que habitam Sabah (Malásia) e

Sulu (Filipinas) convivem com longa porosidade de fronteiras, com fluxos demográficos muito anteriores a qualquer definição territorial alcançada entre a Malásia e as Filipinas. O Sultanato de Sulu é historicamente mais antigo do que o Estado das Filipinas ou a Malásia. O Sultanato sobreviveu à dominação espanhola e assinou um tratado com o Sindicato Comercial Britânico, que comandava o Norte de Bornéu, como uma tentativa de marcar posição e se legitimar enquanto ainda entidade internacional. O tratado, em sua essência, dispunha sobre a cessão do território em troca de um subsídio anual, de complicada natureza jurídica.

Em fevereiro de 2013, o grupo "Exército Real de Sulu", comandado pelo "Sultão de Sulu" (ilha filipina) invadiu região do norte de Bornéu, no território da Malásia. O caso não resultou em animosidade entre Malásia e Filipinas, mas, em março de 2013, quando foi obtida trégua, contabilizaram-se 62 mortes no incidente (53 "invasores"), oito policiais malásios e um adolescente não identificado). Em outubro de 2013, faleceu, em Manila, o Sultão de Sulu, aos 75 anos de idade, em decorrência de falência múltipla dos órgãos. Kiram III deixou um decreto aos seus dois irmãos instando-os a continuarem unidos na luta pela reclamação territorial de Sabah.

O Presidente filipino Benigno S. Aquino III realizou visita de Estado a Kuala Lumpur em fevereiro de 2014, quando tratou, entre outros assuntos, do acordo sobre Bangsamoro e da questão do Mar do Sul da China. Em março de 2014, o Primeiro-Ministro Najib Razak participou, como convidado especial, da cerimônia de assinatura do acordo de paz, nas Filipinas, com a "Moro Islamic Liberation Front" (MILF), que opera no sul daquele país. Najib atuou como facilitador ao longo dos 17 anos de negociação do acordo.

África

A Malásia tem buscado estreitar seu relacionamento com países africanos. Destaca-se, a propósito, o Diálogo Internacional de Langkawi, iniciativa diplomática lançada por Kuala Lumpur em meados da década de 1990 e que vem desde então pautando em boa medida o seu relacionamento com as capitais de parceiros africanos da Comunidade Britânica. A 9ª edição, realizada em junho de 2011, em Kuala Lumpur, contou 14 delegações africanas, das quais 4 eram chefiadas pelos próprios Chefes de Governo (Zimbábue, Tanzânia, Suazilândia e Lesoto) e duas pelos Vice-Presidentes (Uganda e Quênia). Pela primeira vez, imediatamente antes do "Diálogo", foi realizado um Fórum de Negócios Malásia-África.

A maior presença da Malásia visa não apenas à promoção de comércio e investimentos como, também, a cooperar para mudanças substanciais na gestão política e econômica dos países. Empresas malásias são grandes investidoras na África, sobretudo na produção de óleo de palma e de látex. Ademais, a Universidade Limkokwing - instituição privada malásia de ensino superior atuante

especificamente na área de tecnologias criativas – mantém 3 campi na África Austral (Botsuana, Lesoto e Suazilândia), e concede bolsas a estudantes africanos.

Temas multilaterais

Movimento Global dos Moderados

A proposta do Primeiro-Ministro Najib Razak de estabelecer um Movimento Global dos Moderados tem figurado com destaque na política externa malásia. O tema foi lançado em setembro de 2010, durante a 65ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU). Em 2012, a ASEAN filiou-se à iniciativa e publicou “concept paper” a respeito, incluindo ações para promoção do debate sobre moderação. O principal argumento do movimento é de que a real divisão existente não é entre muçulmanos e não-muçulmanos, mas entre extremistas e moderados de todas as religiões.

Em janeiro de 2014, foi realizado, no campus da Universidade da Malásia (UM), a XXVII Conferência da Academia da Latinidade, organizada pelo Professor brasileiro Candido de Almeida (membro da Academia Brasileira de Letras), pela primeira vez no continente asiático, em conjunto com a direção da Fundação do Movimento Global dos Moderados (GMMF). Com o tema "Pós-Regionalismo na Era Global: Multiculturalismo e Circulação Cultural na ASEAN e na América Latina", o evento contou com palestras de intelectuais do Brasil, da Malásia e de vários outros países.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

A Malásia defende a expansão dos assentos permanentes e não-permanentes do CSNU e a presença de país muçulmano e da África entre os membros permanentes do Conselho. Critica o privilégio do veto e opõe-se à concessão desse direito a novos membros permanentes. Apesar de já ter expressado apoio ao pleito japonês e alemão, a Malásia ainda não fez declarações de apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU.

A Malásia ocupou assento no CSNU em 1964-65, 1989-1990 e 1999-2000. É candidata a assento no biênio 2015-16 (única candidata de sua região).

Mudança do clima, desenvolvimento sustentável e biodiversidade

Brasil e Malásia fazem parte do G-77/China, onde é coordenada posição a respeito do tema de mudança do clima. Na condição de países megadiversos, Brasil e Malásia possuem interesses comuns no estabelecimento de regras equitativas para o acesso a recursos genéticos e proteção de conhecimentos tradicionais.

Na Conferência Rio+20, em junho de 2012, a Malásia foi representada pelo Ministro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, Douglas Embas.

Direitos Humanos

A Malásia foi submetida à sua segunda avaliação pelo mecanismo de revisão periódica universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro de 2013. Na ocasião, o Brasil:

- Expressou satisfação com a adoção de recomendações, feitas no primeiro ciclo do RPU, referentes à assinatura dos Protocolos Opcionais à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao Enfrentamento da Prostituição Infantil e da Pornografia Infantil e ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados;
- Parabenizou o país pela redução dos índices de pobreza em prazo aquém do previsto;
- Apreciou a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos, embora considerasse preocupantes as restrições aplicáveis à liberdade de expressão, constantes do Ato de Publicações e Imprensa Escrita, revisado em 2012;
- Propôs novas recomendações à Malásia, no sentido de que aceitasse pedidos de visitas dos Relatores Especiais do Conselho de Direitos Humanos; e ratificasse o Pacto internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção contra a Tortura.

Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL):

O FOCALAL constitui mecanismo de 34 países da América Latina e da Ásia do Leste, com o objetivo de promover diálogo nas áreas de economia, comércio, investimentos, finanças, ciência e tecnologia, proteção ambiental, educação, cultura e esportes. Pode contribuir para os processos de aproximação Brasil-ASEAN e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL-ASEAN). A Malásia integra o FOCALAL, por meio do qual participa de iniciativas em conjunto com o Brasil.

Parceria Trans-Pacífica (TPP)

A Malásia foi oficialmente aceita, em novembro de 2010, nas negociações para a expansão do Acordo de Parceria Estratégica Econômica Trans-Pacífica (TPP), tratado de livre-comércio multilateral, em vigor desde 2006 e firmado originalmente por Brunei, Chile, Cingapura e Nova Zelândia. A exemplo da Malásia, os Estados Unidos, a Austrália, o Peru e o Vietnã também são candidatos a aceder ao acordo.

O acordo tem objetivos nas áreas comercial, econômica, financeira, científica, tecnológica e cooperação; busca liberalização comercial no âmbito da “Asia-Pacific Economic Cooperation” (APEC), com diversificação do comércio, eliminação de barreiras, competição justa, aumento do investimento, proteção de propriedade intelectual; e cria um mecanismo de resolução de controvérsias. Um

dos principais pontos sensíveis para a Malásia são os efeitos sobre a regulação de patentes farmacêuticas, caso venha a aderir ao Acordo.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a queda de 1,5% do PIB em 2009, em razão da crise mundial, a economia malásia se expandiu em 7,4% em 2010, 5,1% em 2011, 5,6% em 2012, e 4,7% em 2013. Relatório do FMI, de abril de 2014, estima crescimento de 5,2% este ano, e de 5% em 2015. Entre 1996 e 2008, a Malásia sustentou crescimento econômico médio de cerca de 5% ao ano.

A percepção externa quanto ao desenvolvimento da economia malásia tem sido positiva. Na publicação "Doing Business 2013" do Banco Mundial, a Malásia foi classificada como o 12º país mais favorável aos negócios, à frente de Suécia (13ª), Taiwan (16ª), Alemanha (20ª), Japão (24ª), Suíça (28ª) e outros países de economia mais consolidada. A título de comparação, o Brasil é elencado na 130ª posição em um total de 185 países.

A economia é bastante aberta, correspondendo o comércio exterior a 140% do PIB nominal, em 2013. Há grande liberdade econômica no país. A carga tributária para residentes é de pouco mais de 25%, e o país ocupa a 37ª posição no Índice de Liberdade Econômica 2014 da norte-americana *Heritage Foundation*. A título ilustrativo, o Brasil está na 114ª posição, e Cingapura, na 2ª.

A Malásia é o 19º maior detentor de reservas internacionais do mundo, com um total de US\$ 130 bilhões (o Brasil possui a 7ª maior reserva, com US\$ 363 bilhões).

É o 26º produtor mundial de petróleo, cujas exportações corresponderam, em 2013, a 22% do total das exportações da Malásia. O país é o segundo maior produtor mundial de óleo de palma, atrás apenas da Indonésia.

O plano "Visão 2020", do Primeiro-Ministro Najib Razak, tem por objetivo fazer da Malásia país de renda alta até o final desta década. Nesse sentido, foram identificadas áreas e iniciativas prioritárias para o programa, a exemplo de educação, infraestrutura rural, turismo e cultivo de óleo de palma.

No âmbito do novo Programa de Transformação Econômica (ETP), lançado em setembro de 2010 por Razak, com o objetivo de transformar a Malásia em economia de alta renda até 2020, os bancos malásios têm ensaiado movimento de expansão para além do Sudeste Asiático. Atualmente, já estão presentes em 19 mercados, mas a maior parte de seus lucros externos são provenientes de Hong Kong, Indonésia, Cingapura e Tailândia.

Houve significativa expansão da Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*, superior a 50% entre 2009 e 2013, com a expectativa de que supere, mesmo antes de 2020, os US\$ 15 mil que garantiriam à economia *status* de alta renda. O déficit fiscal decresceu continuamente e passou de 6,6% para 4,5% do PIB, de 2009 para 2012. Ainda sob a égide do ETP, o PM Razak vem promovendo reformas de desburocratização, políticas de assistência a pessoas de baixa renda (entre as quais

se destaca a "*1 Malaysia People's Aid*" – BR1M) e pretende implementar programa habitacional e descontos na cesta básica para pessoas carentes. Por outro lado, as famílias malásias têm hoje um dos cinco maiores níveis de endividamento da Ásia, e a dívida pública encontra-se próxima do limite estipulado pelo Governo (55% do PIB). Os diversos subsídios correspondem a quase 20% do orçamento público.

A Malásia busca firmar-se como centro mundial de finanças islâmicas, já sendo origem de cerca de 60% dos títulos islâmicos ("sukuk") emitidos no mundo. Nesse contexto, o governo malásio tem organizado anualmente, desde 2005, o "World Islamic Economic Forum", em diferentes países (a edição de 2013 foi realizada em Londres, primeira cidade sem maioria islâmica a sediá-lo, quando a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi representada pelo Embaixador do Brasil naquela capital). O Primeiro-Ministro malásio tem afirmado que os ensinamentos do Corão poderiam servir de modelo para a arquitetura de uma nova economia global, como demonstraria a relativa tranquilidade com a qual instituições bancárias baseadas na utilização de instrumentos financeiros inspirados nos princípios da lei islâmica superaram a recente crise internacional.

A Malásia desfruta de superávit comercial há quinze anos (US\$ 22 bilhões, em 2013). Concluiu, nos últimos anos, acordos de livre comércio com Austrália, Chile, Índia, Japão, Nova Zelândia e Paquistão, e mantém negociação com Turquia, União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

Em março de 2013 foi realizada a edição mais recente da "Langkawi International Maritime and Aerospace Exhibition" (LIMA), com 180 mil visitantes, dos quais 40 mil empresários. A LIMA é considerada a terceira maior exibição aeroespacial do mundo (atrás dos Shows Aéreos de Paris e de Farnborough).

A Malásia se caracteriza como país majoritariamente emissor internacional de investimentos. Em 2012, o investimento externo direto (IED) no país totalizou US\$ 9,7 bilhões de dólares, enquanto os investimentos no exterior alcançaram US\$ 16,8 bilhões. Os investimentos estrangeiros no setor industrial provêm, em sua maioria, de Japão (13,4%), Arábia Saudita (12,5%), Cingapura (10,5%), China (9,6%) e Coreia do Sul (7,7%).

Parte dos investimentos do país no exterior tem como origem o fundo soberano Khazanah Nasional, subordinado ao Ministério das Finanças, que tem participação relevante em empresas do setor financeiro (CIMB Group), de telecomunicações (ASTRO, TM e AXIATA), automotivo (PROTON), de transportes (MALAYSIA AIRLINES e MALAYSIA AIRPORTS), entre outras. Segundo relatório de 2013, o Khazanah Nasional conta com ativos avaliados em US\$ 40 bilhões.

Em 2012, a Malásia realizou investimentos externos diretos (IED) no total de US\$ 16,8 bilhões, totalizando estoque de US\$ 115,5 bilhões. Na África, em particular, a Malásia é o terceiro maior investidor, em fluxo, e o quarto maior, em estoque, via capital "offshore", concentrado nas Ilhas Maurício.

A Malásia está na décima posição dos principais destinos do turismo mundial, com 2,4% do total (25 milhões de visitantes, em 2012; no mesmo ano, 5,7 milhões de estrangeiros visitaram o Brasil).

Energia

A matriz energética malásia é baseada em fontes não-renováveis: 39% petróleo, 37% gás natural, 18% carvão. Apenas cerca de 6% da energia provém de fontes renováveis: 4% biomassa, 2% hidroeletricidade.

Em termos de energia elétrica, os combustíveis fósseis respondem por quase 90% da capacidade de geração total. A capacidade hidroelétrica, que equivaleu a 6% da geração total em 2011, está em expansão, e o governo também tem buscado ampliar a participação de outras fontes renováveis, como energia solar, biomassa, biogás e pequenas centrais hidrelétricas. Até 2007, a Malásia era o maior produtor mundial de óleo de palma, ano em que foi superada pela Indonésia.

Há estimativas oficiais que apontam para a insuficiência das reservas petrolíferas malásias na geração de energia, já a partir de 2021. Ainda assim, as reservas provadas de petróleo da Malásia estão entre as maiores da Ásia-Pacífico, equivalentes a cerca de 4 bilhões de barris, quase todos em campos “off shore”. A produção de petróleo, ao contrário do consumo, não apresenta crescimento significativo desde fins da década de 1990, gerando redução do excedente a ser exportado. Em 2013, o país produziu 630 mil barris por dia (aproximadamente 30% da produção brasileira), dos quais 598 mil/dia foram consumidos internamente.

A estatal do setor, Petronas, é uma das 100 maiores empresas do mundo e tem presença em mais de 35 países nos ramos de produção, refino e transporte de petróleo e gás natural. A empresa é a maior contribuinte fiscal do Estado, sendo responsável por quase metade da sua receita. Em outubro de 2013, o Primeiro-Ministro Najib Razak anunciou que a empresa investirá em liquefação de gás natural no Canadá, em montante que poderá atingir US\$ 35 bilhões. Com o deslocamento do foco estratégico em novos projetos "offshore", a empresa tenderá a buscar tecnologias mais avançadas de extração em alta profundidade, área na qual almeja a Petronas tornar-se um grande "player" mundial.

A Malásia possui importantes reservas de gás natural (2,4 trilhões de metros cúbicos – o Brasil possui cerca de 0,5 trilhão de metros cúbicos de reservas). Os principais destinos do excedente de gás malásio incluem Japão (com mais de 63%), Coreia do Sul, Taiwan, China e Cingapura. A Malásia registrou, em 2012, o segundo maior volume exportado de gás natural liquefeito no mundo (GNL), atrás apenas do Qatar.

Em fevereiro de 2011, o Governo malásio criou a *Malaysia Nuclear Power Corporation*, no âmbito do Plano de Transformação Econômica, com planos de que o país conte com duas centrais nucleares em funcionamento até 2021. O país opera desde 1982 um reator Triga (classe de reator de menor porte) de pesquisa, que gera 1 MW, e assinou em 1972 acordo internacional de salvaguardas nucleares. A partir

de maio de 2010, o país atualizou em termos mais rigorosos sua legislação de comércio exterior, incorporando normas estritas para prevenir contrabando de tecnologia e/ou equipamento nuclear passível de uso duplo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1942-45	Ocupação japonesa.
1948	Territórios malaios sob dominação britânica são unificados sob o nome de Federação Malaia.
1948-60	Estado de emergência é instalado contra insurgência comunista local.
1957	A Federação Malaia declara independência do domínio britânico.
1963	Colônias britânicas de Sabah, Sarawak e Cingapura se juntam à Federação Malaia e formam a Federação da Malásia.
1965	Cingapura é separada da Federação da Malásia.
1969	Sérios episódios de violência étnica entre chineses e malaios.
1970	Tun Abdul Razak torna-se Primeiro Ministro; formação da Frente Nacional (BN).
1971	Governo introduz quota mínima para malaios em diversos setores da sociedade, tais como negócios, educação e serviço público.
1977	Expulsão do Ministro-Chefe (Governador) de Kelatan do Partido Pan-Islâmico da Malásia (PAS) provoca grave instabilidade no país que resulta na expulsão do PAS da Frente Nacional.
1978-79	Refugiados vietnamitas recebem asilo político irrestrito.
1981	Mahatir Mohamad torna-se Primeiro Ministro.
1989	Comunistas insurgentes assinam acordo de paz com o governo malásio.
1993	Sultões perdem sua imunidade legal.
1997	Crise financeira na Ásia finaliza décadas seguidas de crescimento econômico no país.
1998	Vice-Primeiro-Ministro Anwar Ibrahim é demitido por Mahatir Mohamad e é preso acusado de “má conduta sexual”, tendo como pano de fundo divergências entre os dois mandatários sobre a condução da política econômica do país.
2000	Ibrahim é considerado culpado pelo crime de sodomia e sentenciado a nove anos de prisão, que são acrescidos à sentença de 6 anos por corrupção, ocorrida em julgamento controverso de 1999.
2001	Dezenas de pessoas são presas durante o pior embate étnico na Malásia entre malaios e indianos.
2002	Nova legislação contra a imigração ilegal prevê açoitamento e prisão para ofensores. As novas leis provocam êxodo em massa de trabalhadores estrangeiros.
2003	Mahatir Mohamad deixa o cargo de Primeiro-Ministro após 22 anos e é substituído por Abdullah Badawi.
2004	Primeiro-Ministro Badawi vence as eleições gerais e permanece como Primeiro-Ministro.
	Libertação de Anwar Ibrahim, após reversão da sentença de 2000.
	Tsunâmi atinge o Sudeste asiático. A deportação de milhares de trabalhadores, em sua maioria indonésios, é suspensa.

2005	Trabalhadores ilegais recebem prazo de quatro meses de anistia para sair do país (março).
2006	Enchentes deslocam 60.000 pessoas no sul do país (dezembro).
2007	Novas enchentes no sul do país provocam a evacuação de cerca de 70.000 pessoas (janeiro).
2007	Falha a tentativa de Anwar Ibrahim de voltar à cena política (maio). Avançam as negociações entre parceiros da Malásia, Indonésia e Arábia Saudita de construir oleoduto de 310 km pelo estreito de Malaca para transporte de petróleo cru (maio).
2008	A coalizão governista Barisan Nasional tem o pior resultado em eleições em décadas, com a perda da maioria parlamentar de dois terços (março).
2008	O líder opositor Anwar Ibrahim é preso sob acusação de sodomia, o que aumenta as tensões políticas (julho).
2009	Badawi é substituído por seu vice, Najib Abdul Razak (abril).
2010	Crescem tensões religiosas após decisão judicial que permite não muçulmanos usarem a palavra "Allah" em referência a Deus (janeiro).
2011	Após grandes protestos em Kuala Lumpur, Primeiro-Ministro anuncia criação de Comissão Parlamentar sobre reforma eleitoral (agosto).
2013	Tropas da Malásia atacam insurgentes filipinos em Bornéu, após confrontos locais deixarem cerca de 30 mortos (março).
2013	Eleições gerais mantêm no poder a coalizão "Barisan Nasional". Oposição, que obteve crescimento, alegou fraude (maio).
2014	Desaparecimento do voo MH370 da Malaysia Airlines (março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1981	Abertura da Embaixada do Brasil em Kuala-Lumpur e da Embaixada da Malásia em Brasília.
1992	Visita do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad ao Brasil, por ocasião da Rio-92.
1995	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Malásia.
2000	Visita do Ministro das Relações Exteriores da Malásia, Datuk Seri Syed Hamid Albar, ao Brasil.
2001	Visita do Ministro da Defesa, Najib Razak, ao Brasil (dezembro). Razak é o atual PM.
2003	Visita do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad ao Brasil
2005	Visita do Embaixador Araújo Castro à Malásia, como Enviado Especial do Presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
	Visita do Comandante das Forças Armadas malásias ao Brasil.
2006	Visita do Comandante da Força Aérea malásia ao Brasil
2007	Assinatura do contrato para a venda de segundo batalhão do Sistema ASTROS II
	Visita à Malásia do Subsecretário-Geral Político II, Embaixador Roberto Jaguaribe (fevereiro).
	Missão conjunta ao Brasil das Federações de Indústrias de Cingapura e Malásia (abril).
	Visita de missão técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à Malásia (julho).
	O parlamentar Ahmad Shabery Cheek chefiou a representação da Malásia na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) (agosto).
2008	Visita ao Brasil do então Chanceler Rais Yatim para participar da Ministerial MERCOSUL-ASEAN (novembro).
2010	Visita ao Brasil do Príncipe herdeiro de Perak, Doutor Nazrin Shah, chefiando a delegação indonésia ao III Encontro da Aliança de Civilizações (maio).
	Visita à Malásia da Subsecretária-Geral Política II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis (setembro).
	Visita à Malásia do Prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (outubro).
	Visita à Malásia do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, chefiando missão empresarial brasileira (outubro).
2011	Visita ao Brasil do Ministro dos Transportes da Malásia, Kong Choo Ha (maio). Visita ao Brasil do Vice-MNE da Malásia, Richard Riot Jaem (agosto). Encontro do Sr. MRE com o MNE da Malásia, Anifah Aman, à margem

	da XIX Cúpula da ASEAN, na Indonésia (novembro).
2012	<p>Visita à Malásia do Vice-Governador do Pará, Helenilson Pontes, para tratar de óleo de palma (maio).</p> <p>Participação do Ministro do Meio Ambiente da Malásia, Douglas Embas, na Conferência Rio+20 (junho)</p> <p>Visita à Malásia do Coordenador Geral de Assuntos Bilaterais e Regionais do MAPA, com vistas a ampliar o comércio de carnes e a cooperação agrícola (julho).</p>
2013	<p>Visita da então Subsecretária-Geral Política II do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Reis (fevereiro).</p> <p>Visita do Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para participar da III Conferência SEACEN-CEMLA (South East Asian Central Banks (SEACEN) Research and Training Centre e Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos (outubro).</p> <p>Visita da Diretora do "Malaysian Technical Cooperation Programme" (novembro).</p>
2014	Visita da Secretária-Geral do Ministério das Indústrias de Plantação e Produtos de Base da Malásia, Nurmala Abdul Rahim (março)

ATOS BILATERAIS

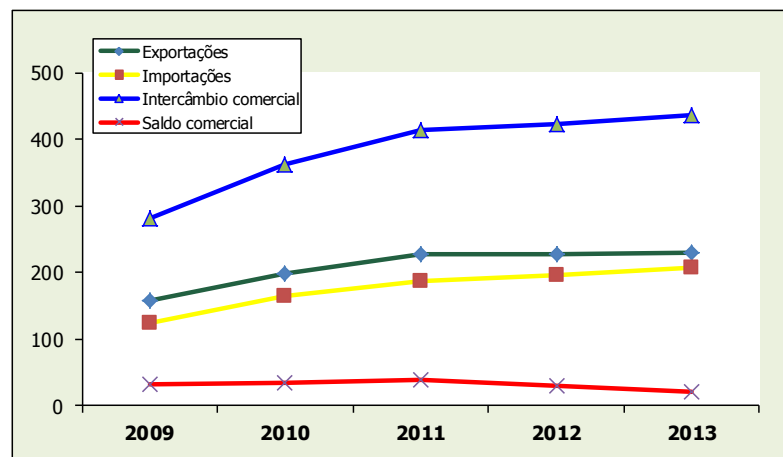
Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Promulgação
Acordo sobre Serviços Aéreos	18/12/1995	06/08/1998	05/10/1998
Acordo Relativo a Isenção Parcial de Exigência de Vistos	26/04/1996	01/07/1999	23/07/1999
Acordo Comercial	26/04/1996	14/08/1998	15/12/1998

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	157,2	123,6	280,8	33,6
2010	198,8	164,6	363,4	34,2
2011	227,0	187,6	414,6	39,4
2012	227,3	196,4	423,7	30,9
2013	229,3	207,0	436,3	22,3
Var. % 2009-2013	45,9%	67,5%	55,4%	-33,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.



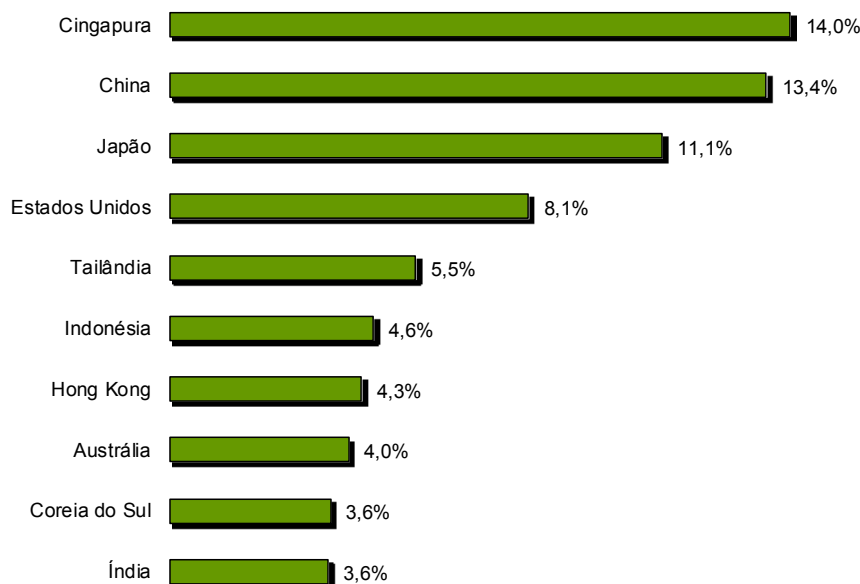
O comércio exterior da Malásia apresentou, em 2013, crescimento de 55,4% em relação a 2009, de US\$ 280,8 bilhões para US\$ 436,3 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Malásia figurou como o 24º mercado mundial, sendo o 23º exportador e o 25º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário, no período sob análise, totalizando em 2013 saldo positivo de US\$ 22,3 bilhões.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Cingapura	32,0	14,0%
China	30,8	13,4%
Japão	25,4	11,1%
Estados Unidos	18,5	8,1%
Tailândia	12,7	5,5%
Indonésia	10,5	4,6%
Hong Kong	9,9	4,3%
Austrália	9,3	4,0%
Coreia do Sul	8,3	3,6%
Índia	8,2	3,6%
...		
Brasil	1,21	0,5%
Subtotal	167,1	72,9%
Outros países	62,2	27,1%
Total	229,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

10 principais destinos das exportações



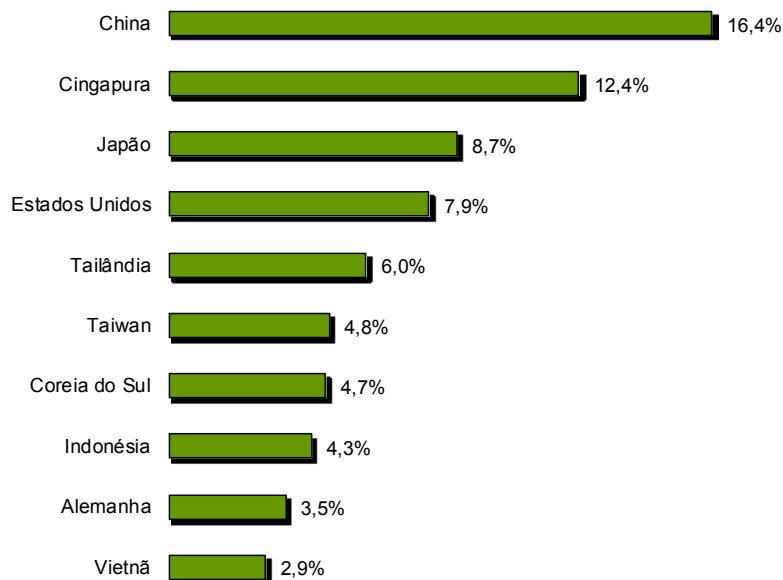
Em 2013, as vendas malaias foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 72,7% do total; seguidos do continente americano com 10,1%. Individualmente, Cingapura foi o principal destino das vendas da Malásia com 14% do total em 2013. Seguiram-se: China (13,4%); Japão (11,1%); Estados Unidos (8,1%); Tailândia (5,5%) e Indonésia (4,6%). O Brasil posicionou-se no 23º lugar entre os compradores do país, com 0,5% do total.

**Origem das Importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
China	33,9	16,4%
Cingapura	25,6	12,4%
Japão	18,0	8,7%
Estados Unidos	16,3	7,9%
Tailândia	12,3	6,0%
Taiwan	10,0	4,8%
Coreia do Sul	9,8	4,7%
Indonésia	8,9	4,3%
Alemanha	7,3	3,5%
Vietnã	6,1	2,9%
...		
Brasil	1,81	0,9%
Subtotal	150,0	72,4%
Outros países	57,0	27,6%
Total	207,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

10 principais destinos das exportações



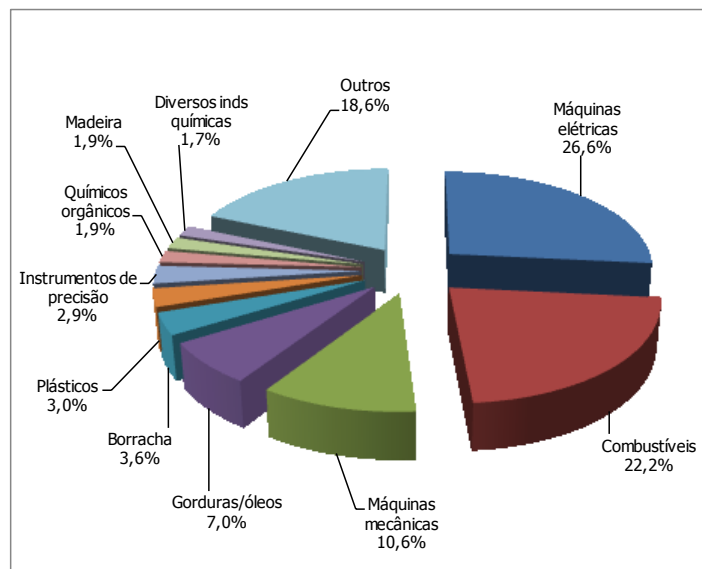
Os países asiáticos são os principais abastecedores do mercado malaio. Em 2013, somaram 70,4% do total, seguidos dos países do continente americano com 11,8% e a União Europeia com 10,9%. Individualmente, a China foi também o principal fornecedor de bens para a Malásia, com 16,4% do total. Seguiram-se: Cingapura (12,4%); Japão (8,7%); Estados Unidos (7,9%); e Tailândia (6%). O Brasil posicionou-se no 21º lugar entre os fornecedores do mercado malaio, com 0,9% do total.

**Composição das exportações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part.% no total
Máquinas elétricas	60,9	26,6%
Combustíveis	50,9	22,2%
Máquinas mecânicas	24,2	10,6%
Gorduras/óleos	16,0	7,0%
Borracha	8,3	3,6%
Plásticos	6,9	3,0%
Instrumentos de precisão	6,7	2,9%
Químicos orgânicos	4,4	1,9%
Madeira	4,4	1,9%
Diversos inds químicas	3,9	1,7%
Subtotal	186,6	81,4%
Outros	42,7	18,6%
Total	229,3	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

10 principais grupos de produtos exportados



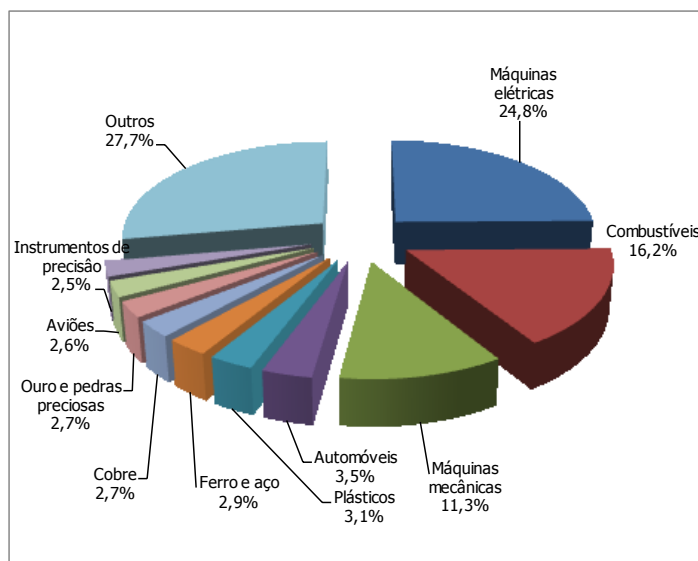
Máquinas elétricas (circuitos integrados eletrônicos, diodos, transistores e dispositivos semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, monitores e projetores, aparelhos receptores de televisão) foram os principais itens da pauta de exportações da Malásia. Em 2013, as máquinas elétricas representaram 26,6% do total. Seguiram-se: combustíveis (gases de petróleo, óleo de petróleo refinado, óleo de petróleo em bruto) com 22,2%; máquinas mecânicas (computadores, partes e acessórios de computadores, ar-condicionado, impressoras) com 10,6%; gorduras/óleos (óleo de dendê) com 7%; borracha (3,6%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 3	Part. % no total
Máquinas elétricas	51,4	24,8%
Combustíveis	33,5	16,2%
Máquinas mecânicas	23,3	11,3%
Automóveis	7,2	3,5%
Plásticos	6,4	3,1%
Ferro e aço	6,0	2,9%
Cobre	5,6	2,7%
Ouro e pedras preciosas	5,5	2,7%
Aviões	5,5	2,6%
Instrumentos de precisão	5,2	2,5%
Subtotal	149,7	72,3%
Outros	57,3	27,7%
Total	207,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

10 principais grupos de produtos importados



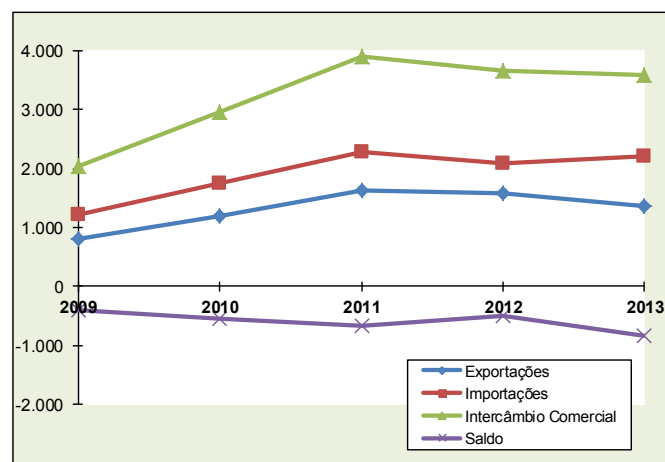
A pauta de importações da Malásia apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2013, máquinas elétricas (circuitos integrados eletrônicos, aparelhos de telefonia, aparelhos de TV, diodos, transistores e dispositivos semicondutores, circuitos impressos) foram os principais itens da pauta e representaram 24,8% do total. Seguiram-se: combustíveis (óleos de petróleo refinados e em bruto, coques) com 16,2%; máquinas mecânicas (computadores e suas partes e acessórios, impressoras, válvulas, torneiras, centrífugas e bombas de ar) com 11,3%; automóveis (carros de passeio, caminhões, partes e acessórios e motocicletas) com 3,5%.

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2009	811	-7,6%	1.226	-25,1%	2.036	-19,0%	-415
2010	1.202	48,3%	1.749	42,7%	2.951	44,9%	-547
2011	1.619	34,7%	2.287	30,8%	3.906	32,4%	-669
2012	1.574	-2,8%	2.084	-8,9%	3.657	-6,4%	-510
2013	1.372	-12,8%	2.212	6,1%	3.584	-2,0%	-839
2013 (jan-mar)	376	44,0%	417	-21,5%	793	0,1%	-40
2014 (jan-mar)	454	20,6%	508	21,9%	962	21,3%	-54
Var. % 2009-2013	69,3%		80,5%		76,0%		n.c.

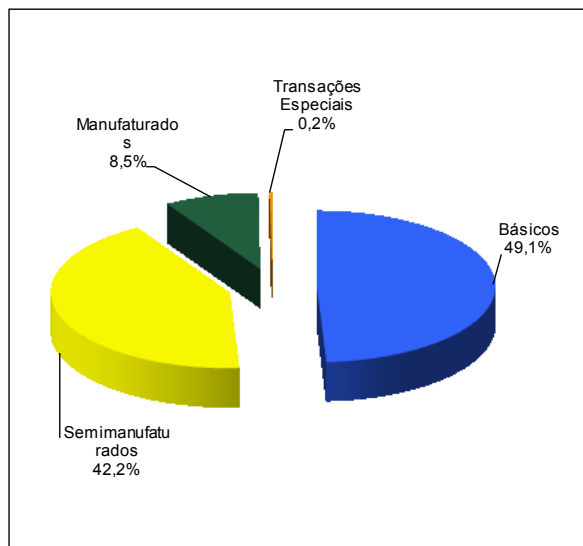
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

A Malásia foi o 33º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,7% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 76%, de US\$ 2 bilhões para US\$ 3,6 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 69,3% e as importações, 80,5%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 839 milhões em 2013.



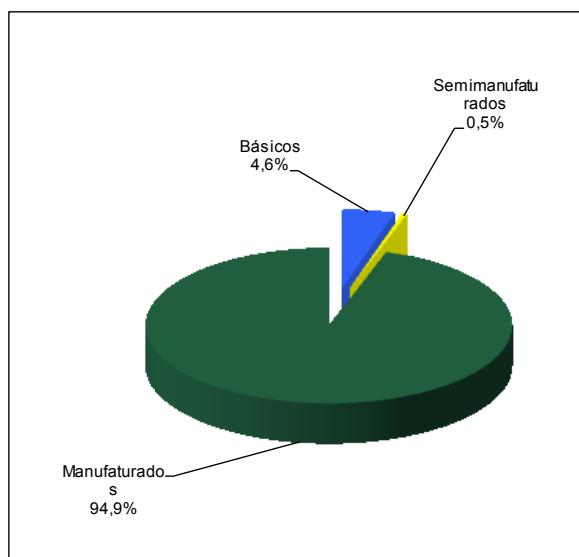
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para a Malásia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 49,1% do total em 2013, com destaque para minério de ferro e milho. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 42,2% (açúcar de cana) e os manufaturados (máquinas mecânicas e produtos farmacêuticos), com 8,5%.

Importações



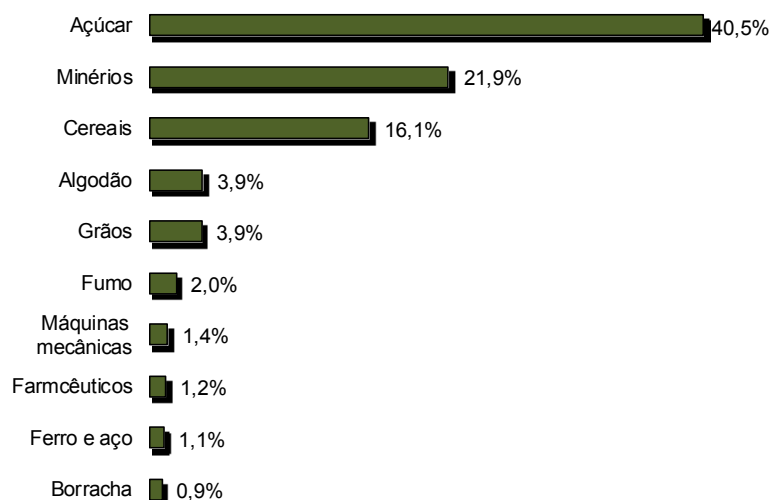
Os produtos manufaturados somaram 94,9% da pauta de importações em 2013, representados sobretudo pela compra de máquinas elétricas e mecânicas. Os produtos básicos posicionaram-se em seguida com 4,6% (borracha natural), e os semimanufaturados com 0,5%.

**Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Açúcar	589	481	556	40,5%
Minérios	452	514	300	21,9%
Cereais	157	174	221	16,1%
Algodão	74	97	54	3,9%
Grãos	1	7	53	3,9%
Fumo	42	37	27	2,0%
Máquinas mecânicas	6	27	19	1,4%
Farmacêuticos	8	12	16	1,2%
Ferro e aço	24	27	15	1,1%
Borracha	8	12	13	0,9%
Subtotal	1.359	1.387	1.275	92,9%
Outros produtos	260	186	98	7,1%
Total	1.619	1.574	1.372	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



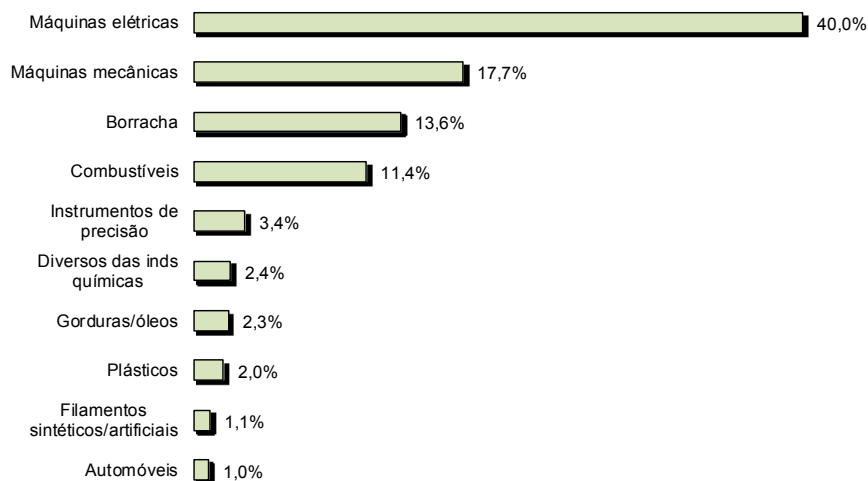
Açúcar (outros açúcares de cana, açúcar refinado) foi o principal produto brasileiro exportado para a Malásia, representando 40,5% do total das vendas. Seguiram-se: minérios (minério de ferro, principalmente) com 21,9%; cereais (milho) com 16,1%; e algodão (3,9%).

**Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas elétricas	1.079	942	885	40,0%
Máquinas mecânicas	265	423	391	17,7%
Borracha	313	280	301	13,6%
Combustíveis	199	31	252	11,4%
Instrumentos de precisão	33	74	75	3,4%
Diversos das inds químicas	49	52	54	2,4%
Gorduras/óleos	154	53	51	2,3%
Plásticos	45	53	44	2,0%
Filamentos sintéticos/artificiais	34	42	24	1,1%
Automóveis	8	19	22	1,0%
Subtotal	2.178	1.968	2.099	94,9%
Outros produtos	109	116	113	5,1%
Total	2.287	2.084	2.212	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Máquinas elétricas (outros circuitos integrados, microprocessadores, partes de aparelhos receptores de radiodifusores e televisão) foram os principais produtos importados da Malásia. Em 2013, representaram 40% do total das compras originárias daquele país. Seguiram-se: máquinas mecânicas (cartuchos de tinta, unidades de discos magnéticos para discos rígidos, placas de microprocessamento) com 17,7%; borracha (luvas de borracha vulcanizadas, borracha natural) com 13,6%; combustíveis (óleo diesel, óleos lubrificantes sem aditivos) com 11,4%; instrumentos médicos e de precisão (3,4%).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BRUNEI



Informação para o Senado Federal

OSTENSIVA
Maio de 2014

DADOS BÁSICOS SOBRE O BRUNEI

NOME OFICIAL	Negara Brunei Darussalam
CAPITAL	Bandar Seri Begawan
ÁREA	5.765 km ²
POPULAÇÃO (2014)	407 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Malaio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (67%), budismo (13%) e cristianismo (10%)
SISTEMA POLÍTICO	Sultanato
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Conselho Legislativo, com 36 membros)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Sultão Hassanal Bolkiah
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO COMÉRCIO	Príncipe Mohamed Bolkiah
PIB NOMINAL (2013)	US\$ 16,2 bilhões
PIB PPP (2013)	US\$ 21,7 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2013)	US\$ 39,942
PIB PPP PER CAPITA (2013)	US\$ 53,431
IDH (2012)	0,855 (30º de 187)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER	78,1 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,2% (2010)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1,10% (2012)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Brunei
EMBAIXADORA PARA O BRASIL	Rakiah Haji Abdul Lamit (residente em Ottawa, Canadá)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há brasileiros registrados.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil, FOB) Fonte: MDIC

BRASIL → BRUNEI	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013 (jan-abr)	2014 (jan-abr)
Intercâmbio	669,3	16.750,5	667,0	1.649,6	636,6	917,7	743,8	1.114,0	2.585,0	557,5	617,9
Exportações	637,1	1.044,4	539,6	1.567,4	635,1	608,6	678,4	1.092,0	2.153,3	552,9	279,9
Importações	32,2	15.706,0	127,4	82,1	1,4	309,1	65,4	22,0	431,7	4,5	338,0
Saldo	604,8	-14.661,6	412,2	1.485,2	633,6	299,4	613,0	1.069,9	1.721,5	548,3	-58,1

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sultão Hassanal Bolkiah

*Sultão do Brunei, Primeiro-Ministro,
Ministro da Defesa e Ministro das Finanças*



Nasceu em 15 de julho de 1946, na capital do Brunei, Bandar Seri Begawan.

Foi coroado em 1967, aos 22 anos, quando o Brunei ainda era protetorado britânico. Nessa condição, liderou as negociações com o governo britânico no processo de independência, entre 1978 e 1984.

Recebeu treinamento como Oficial da Real Academia Militar Britânica de Sandhurst, no Reino Unido, entre 1966 e 1967, sendo habilitado a pilotar aviões e helicópteros.

O Sultão Hassanal Bolkiah acumula, com a função de Primeiro-Ministro, os cargos de Ministro da Defesa e de Ministro das Finanças.

Príncipe Mohamed Bolkiah
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio



O Príncipe Mohamed Bolkiah, irmão do Sultão Hassanal Bolkiah (Chefe de Estado do Brunei), nasceu em 27 de agosto de 1947, na capital do Brunei, Bandar Seri Begawan.

Realizou estudos superiores no Victoria Institution, em Kuala Lumpur, Malásia, entre 1961 e 1963. Posteriormente, entre 1965 e 1967, estudou na Real Academia Militar Britânica de Sandhurst, no Reino Unido.

É o Chanceler do Sultanato desde sua independência, em 1984. Visitou Brasília em agosto de 2007, quando liderou a delegação de seu país à III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Brunei quando da independência do Sultanato, em 1984. As relações bilaterais são cordiais, porém pouco densas. Não há ainda acordos bilaterais e os contatos políticos são esporádicos, ocorrendo sobretudo à margem de foros multilaterais. A Embaixadora brasileira residente em Kuala Lumpur responde cumulativamente pelas relações com o Governo bruneíno, enquanto o Embaixador do Brunei no Canadá é o responsável pela condução das relações com o Brasil.

Os segmentos aeronáutico e de material militar ressaltam como os mais promissores no comércio bilateral.

Como membro da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), o Brunei participa dos processos de aproximação Brasil-ASEAN e Mercado Comum do Sul-ASEAN. Em novembro de 2008, o Brunei enviou o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Dato Lim Jock Hoi, para participar da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília.

O Brunei apoia reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que contemple expansão de assentos permanentes e não-permanentes. O país apoia a candidatura japonesa.

Visitas

A então Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania do MRE, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, visitou o Brunei em fevereiro de 2013. Na ocasião, reiterou o convite para que o país crie Embaixada residente em Brasília. Em novembro de 2012, manteve encontro com o Segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brunei, Pehin Dato Lim Jock Seng, no Camboja, à margem da XXI Cúpula da ASEAN. As duas autoridades também haviam se encontrado em agosto de 2011, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL, em Buenos Aires. Na ocasião, a autoridade bruneína mencionou a possibilidade de abertura de Embaixada-residente em Brasília. Seng expressou, também, a intenção de seu Ministro dos Negócios Estrangeiros de visitar o Brasil, em atenção ao referido convite do Ministro brasileiro.

O Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro visitou o Brunei em junho de 2005, para apresentar o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Pelo lado do Brunei, visitou o Brasil o Príncipe Mohamed Bolkiah, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, para a 3ª Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília, em agosto de 2007. Em junho de 2012, participou da Conferência Rio+20 o Ministro de Energia, Yasmin Umar.

Instrumentos em negociação

Por iniciativa brasileira, estão em negociação Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas; Acordo Básico de Cooperação Técnica; Acordo sobre Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais; e Memorando de Entendimento sobre Esportes.

Comércio bilateral e investimentos

O volume de comércio entre Brasil e Brunei é pouco significativo. Em 2013, o intercâmbio bilateral foi de apenas US\$ 2,6 milhões, com saldo favorável para o Brasil de US\$ 1,7 milhão. O Brasil exporta carnes e calçados, e importa máquinas.

Há potencial de incremento do comércio bilateral nos segmentos aeronáutico e de material de uso militar. A Avibrás Indústria Aeroespacial realiza tratativas para venda de um batalhão do sistema ASTROS, e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), para exportar aviões militares e “commuter planes” EMB-145 e 170 para a Royal Air Brunei. Em fevereiro de 2012, o representante local do exportador brasileiro fez apresentação mais qualificada do equipamento a convite das instâncias decisórias das Forças Armadas bruneínas.

Em maio de 2014, a Embaixadora do Brasil em Kuala Lumpur visitou o Brunei, com o objetivo de explorar oportunidades de comércio e investimentos. Nos diversos encontros com órgãos do governo e empresários, notou-se o interesse pela inserção de empresas brasileiras no país, nas áreas de alimentos, cosméticos e fármacos, com certificação halal (muçulmana). Além disso, a Embaixadora do Brasil foi informada do interesse bruneíno em construir complexo comercial e residencial em São Paulo.

Não há registro de investimentos bilaterais de vulto. Entretanto, de acordo com o Banco Central do Brasil, há um registro de ingresso de investimento direto do Brunei no Brasil, de 2008, no valor de US\$ 8,83 milhões. Daqueles investimentos, 69% (US\$ 6,09 milhões) foram direcionados para atividades imobiliárias e o restante para holdings de instituições não-financeiras.

Em novembro de 2012, o Segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Brunei, Pehin Dato Lim Jock Seng, informou à então Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania do Itamaraty sobre o interesse de seu país em diversificar o destino de seus investimentos de forma a privilegiar países emergentes como o Brasil. Frisou que seu país teria grande interesse em investir na área de energia, possivelmente em parceria com a Petrobras.

Com referência aos investimentos no exterior, os recursos provenientes das exportações de petróleo e gás natural são geridos por fundo soberano estabelecido em 1983, denominado Agência de Investimentos do Brunei (BIA). Estima-se que o Sultanato conta com investimentos no exterior da ordem de 30 a 40 bilhões de dólares, principalmente em ativos nos setores imobiliário e de hotelaria, de produção de alimentos e de finanças islâmicas.

Com referência às possibilidades de investimentos brasileiros no Brunei, o governo local tem procurado atrair empresas estrangeiras dos setores de alimentos e ingredientes, petroquímico, de serviços e tecnologia da informação, bem como parceiros para a construção de amplo porto na Baía do Brunei, que funcionará como zona de processamento de exportações. Sobressai, em especial, o foco do país na segurança alimentar, criando oportunidade para o Brasil.

Cooperação

Não há acordo de cooperação técnica entre o Brasil e o Brunei. Em dezembro de 2012, após primeira reação do Governo bruneíno à minuta de acordo, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) encaminhou ao Posto nova minuta, a qual integrava as sugestões formuladas pelo Brunei, bem como as alterações determinadas pela lei 12.527, que regulou o acesso à informação. Desde então, não houve resposta do Governo bruneíno.

No âmbito de projeto do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), o Brunei enviou ao Brasil dois técnicos de futebol para participar de curso do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, em parceria com a Federal Paulista de Futebol, em maio de 2011.

Em encontro com a então Subsecretária-Geral Política para Ásia e Oceania do MRE, em novembro de 2012, o Segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Brunei, Pehin Dato Lim Jock Seng, registrou que seu país tem grande interesse na cooperação com o Brasil na área educacional e em futebol. A Sra. SGAP-II sugeriu a negociação de Acordo Educacional e notou a possibilidade de iniciativa de cooperação trilateral em conservação de florestas.

Em dezembro de 2013, Brunei ofereceu a estudantes brasileiros a possibilidade de concorrer a bolsas para cursos de graduação e pós-graduação em três universidades do país: University of Brunei Darussalam (UBD), Islam Sultan Sharif Ali University (UNISSA) e Institute of Technology Brunei (ITB). A oferta foi divulgada pelo MRE.

Em março de 2014, o Diretor do Departamento Político II da Chancelaria bruneína expressou à Embaixadora do Brasil interesse em cooperação em segurança alimentar, especialmente na produção de arroz.

Assuntos Consulares

A assistência a brasileiros no Brunei é prestada pela Embaixada em Kuala

Lumpur, Malásia (cumulatividade). Não há registro de brasileiros vivendo no país e não há registros de brasileiros presos. Tampouco há Consulados Itinerantes ou Consulados Honorários do Brasil.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil ao Brunei.

POLÍTICA INTERNA

O Brunei foi um protetorado do Reino Unido até 1984, ano em que se tornou independente. A ampla maioria da população é malaia e professa a fé islâmica. O Sultão Hassanal Bolkiah, coroado em 1968 (portanto, muito antes da independência), acumula os cargos de Chefe de Estado e de Governo, além de Ministro da Defesa e das Finanças. O Sultanato vive em estado de emergência desde 1962, quando as eleições foram anuladas após a vitória de partido de esquerda (PRB, Partido Popular do Brunei), hoje banido. O Sultão instaurou, em 2003, um Comitê para a elaboração de emendas à Constituição de 1959, sem data de conclusão.

Há apenas um partido político legal, o Partido Nacional do Desenvolvimento. Os Ministros e Conselheiros são apontados diretamente pelo Sultão e são, em alguns casos, membros da família real.

O Poder Legislativo, que havia sido suspenso em 1984, foi restabelecido em 2004. Atualmente, possui 36 membros, indicados pelo Sultão. Planos de criação de um novo Parlamento, parcialmente eleito por voto popular, não têm prosperado.

A ausência de contestação ao Sultanato tem grande relação com os benefícios custeados pela exploração do petróleo. Planos de maior democratização do país, a exemplo da adoção de eleição direta para um terço do Conselho Legislativo, têm sido implementados de maneira lenta.

O bem-estar da população é assegurado por políticas de subsídio à moradia e à alimentação, baseada no arroz, além de amplo acesso a serviços de saúde e educação. Não há impostos sobre a renda pessoal ou sobre ganho de capital.

POLÍTICA EXTERNA

A ASEAN ocupa papel de destaque na política externa do país, da qual é membro desde sua independência, em 1984. Participa também de diversos outros fóruns e organizações multilaterais, como a ONU, a Associação de Nações do Sudoeste Asiático (APEC), a Cúpula da Ásia do Leste (EAS), o FOCALAL, a Organização da Conferência Islâmica (OIC) e a *Commonwealth* (antiga Comunidade Britânica de Nações).

Na esfera bilateral, merecem destaque as relações com os países de seu entorno (da Ásia do Leste, em geral, e da ASEAN, em particular); países de maioria muçulmana; e com o Reino Unido, do qual foi protetorado até 1984.

ASEAN

Em 1984, o Brunei tornou-se o primeiro país não-fundador a aderir à Associação, cuja presidência rotativa exerceu em 2013.

Como membro da ASEAN, o Brunei participa dos processos de aproximação Brasil-ASEAN e Mercosul-ASEAN. Em novembro de 2008, enviou o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Dato Lim Jock Hoi, para participar da I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília.

O Brunei, juntamente com outros membros da ASEAN (Malásia, Indonésia e Filipinas) faz parte da Área de Crescimento do Leste da ASEAN (*East ASEAN Growth Area*, BIMP-EAGA) subgrupo criado em 1994, com ênfase na promoção de comércio e investimentos.

Malásia

A importância das relações deriva do fato de que a Malásia é o único país com o qual o Brunei tem fronteira terrestre. Em 2010, os dois países firmaram acordo que reconheceu os direitos soberanos sobre áreas marítimas e estabeleceu termos para a partilha da produção de petróleo nessas áreas. Serão explorados conjuntamente dois blocos de petróleo ao largo da costa do Estado de Sabah, nomeados CA1 e CA2, sobre os quais o Brunei detém direitos soberanos.

Cingapura

São muito estreitas as relações entre Brunei e Cingapura, ambos membros da ASEAN e da Comunidade Britânica. Cingapura constitui o maior exportador de bens para o país (US\$ 1,5 bilhão, em 2012, 26% das importações do Brunei), e o dólar do Brunei mantém paridade com a moeda de Cingapura desde 1967. Cabe destacar, ainda, importante cooperação militar entre os dois países.

China

Brunei e China mantêm parceria estratégica, a qual conta com mecanismo de consultas regulares entre os respectivos Ministros de Negócios Estrangeiros, criado em 1993. Instrumentos entre as duas Partes, na área econômica, preveem a realização de programas de cooperação em cinco setores prioritários: agricultura; capacitação de recursos humanos; tecnologias de comunicação e de informação; investimento; e desenvolvimento da bacia do rio Mekong. Os dois países disputam a soberania de áreas no Mar do Sul da China.

Reino Unido

Como mencionado, o Brunei foi protetorado britânico até 1984, e é membro da Comunidade Britânica de Nações. Os dois países mantêm estreitas relações na área de defesa, que inclui exercícios militares conjuntos e a presença de oficiais britânicos no Brunei, para proteção de instalações petrolíferas.

Estados Unidos da América

Em setembro de 2012, a Secretária de Estado Hillary Clinton visitou o Brunei, quando participou de jantar com o Sultão Hassanal Bolkiah. Esteve igualmente presente à cerimônia de inauguração do "Brunei-US Language Enrichment Project for ASEAN", iniciativa conjunta para reforçar o ensino da língua inglesa nos países que compõem a Associação.

Temas multilaterais

Como mencionado, o Brunei apoia reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que contemple expansão de assentos permanentes e não-permanentes. Em 2005, o Chanceler do Brunei afirmara que seu país “não teria problemas” em apoiar o Brasil, uma vez decidida a reforma. O país já declarou apoio à candidatura japonesa.

O país mantêm tropas de manutenção de paz nas Filipinas e no Líbano (15 e 20 soldados).

Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL)

O FOCALAL constitui mecanismo que congrega 34 países da América Latina e da Ásia do Leste, com o objetivo de promover diálogo nas áreas de economia, comércio, investimentos, finanças, ciência e tecnologia, proteção ambiental, educação, cultura e esportes.

No âmbito do FOCALAL, o Brasil convidou os países asiáticos do mecanismo a indicarem treinadores de futebol para participar de curso do Sindicato de Treinadores Profissionais de Futebol do Estado de São Paulo, que contou com a

presença do Brunei.

Direitos Humanos

Por ocasião do exame do Brunei pelo mecanismo de Revisão Periódica do Conselho de Direitos Humanos, em 2 de maio de 2014, o Brasil:

- expressou satisfação pela recepção positiva do Brunei às recomendações dirigidas pelo Brasil por ocasião da primeira avaliação, em 2010, em relação à proteção dos direitos da criança;

- louvou campanhas promovidas com o intuito de estabelecer equipes de ação para esclarecer casos de abuso infantil, inclusive de punição física;

- reiterou a preocupação com a não correspondência entre os avanços alcançados nas áreas sociais e econômicas e os direitos civis e políticos, especialmente no tocante aos direitos fundamentais como a liberdade de expressão e a prevenção da discriminação contra grupos vulneráveis, como trabalhadores imigrantes, mulheres e crianças.

O Brasil recomendou ainda que o Brunei:

- continue seus esforços no que tange respeitar o princípio da interdependência entre todos os direitos humanos, como descrito na Declaração e Programa de Ação de Viena.

- fortaleça e amplie as ações acima citadas e os programas contra tratamentos cruéis a crianças.

Em 2013, foi feita revisão do Código Penal, com posterior adoção da Sharia no sistema legal do país. Têm-se registrado diversas manifestações internacionais de preocupação com a revisão do código penal.

ECONOMIA

Apesar de o Sultanato ser apenas a oitava economia dentre os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN –, o seu PIB per capita (que, em 2013, foi próximo de US\$ 40 mil) é o segundo maior daquele bloco regional, atrás apenas de Cingapura.

Inspirado em plano semelhante da vizinha Malásia, o Brunei formulou a "Visão Nacional 2035", cujos objetivos incluem a diversificação de sua economia. Há clara percepção das limitações do modelo fundamentado no setor de óleo e gás, que corresponde a cerca de 70% da economia nacional e 97% de suas exportações (total de US\$ 12,7 bilhões, em 2012).

As importações, menos significativas, foram de US\$ 5,9 bilhões em 2012, na sua maioria compostas de manufaturados (máquinas, veículos e obras de ferro, principalmente). Seus principais parceiros comerciais, em 2012, foram o Japão, a República da Coreia e a Austrália (destinos de cerca de 60% das exportações bruneína) e Cingapura, Reino Unido e China (origem de cerca de 70% das importações).

O Governo emprega dois terços da população economicamente ativa e busca estimular o desenvolvimento da área privada - empresas estrangeiras dos setores alimentícios, petroquímicos, tecnologia da informação e parceiros para a construção do porto na Baía do Brunei - e consequente absorção da mão-de-obra local.

Segundo especialistas da área energética, o esgotamento das reservas de hidrocarbonetos pode ocorrer em cerca de 20 anos. Nesse cenário, o governo busca desenvolver os setores de turismo e de serviços financeiros, como forma de reduzir a dependência extrema da renda do petróleo.

Apenas em 1.º de janeiro de 2011 foi criada a Autoridade Monetária do país, com funções análogas às de um banco central. O valor do dólar do Brunei está fixado em relação ao dólar de Cingapura.

O país apresentou superávits em suas contas corrente e fiscal da ordem de 47,2% do PIB em 2013 (contra 48,4% em 2012). Tais recursos, provenientes das exportações de petróleo e gás natural são gerenciados pela Agência de Investimentos do Brunei (BIA).

Energia

A matriz energética do Brunei é dependente quase integralmente de combustíveis fósseis, sendo a geração de eletricidade feita a partir de gás natural. O país estuda a construção de linha de transmissão elétrica para a importação de eletricidade da Malásia, com o objetivo de reduzir o consumo de gás natural e aumentar seu excedente exportável. O país pretende, ademais, diversificar sua matriz energética por meio do incentivo às energias renováveis e à eficiência energética.

O país possui reservas provadas de petróleo de 1,1 bilhão de barris (7,5% das reservas brasileiras). Apesar de contar com uma produção de apenas 0,141 milhões de barris diários (Mbd) em 2012 (menos de 15% da produção brasileira), sobretudo em poços marítimos, o reduzido consumo interno permite ao país exportar petróleo e gás natural para outros países de sua vizinhança. Apesar da produção declinante (com pico de 0,222 Mbd em 2006), suas exportações de petróleo em 2012 somaram 0,125 Mbd. Com a construção por uma companhia chinesa de uma nova refinaria, que deverá processar até 0,135 Mbd a partir de 2015, o Brunei deverá substituir suas exportações de petróleo bruto por derivados. A capacidade atual de refino do país é de 0,009 Mbd.

O país exporta, ainda, mais de 9,3 bilhões de metros cúbicos (bmc) por ano, 75% de sua produção de gás natural, de 12,4 bmc anuais (quase 75% da produção brasileira). As reservas provadas de gás natural do Brunei somam 390 bmc (78% das brasileiras).

Membro da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) desde 2011, o Brunei tem planos para diversificar sua matriz elétrica e aumentar a eficiência energética. Estimativas indicam haver um potencial de cerca de 300 GWh por ano de geração hidrelétrica, ou o equivalente a 70-80 MW de capacidade instalada, na Bacia de Temburong. Contudo, eventuais impactos ambientais na região são obstáculos ao aprofundamento dos estudos sobre o aproveitamento do recurso hídrico como fonte energética.

Há potencial considerável, ademais, em energia eólica e solar. Nesse sentido, o Governo local almeja aumentar sua capacidade em energia solar fotovoltaica, com projetos para a instalação de cerca de 1,5 MW dessa energia renovável.

O Brunei detém ainda consideráveis recursos florestais. O cultivo de biomassa especificamente para a geração de energia teria sido identificado como medida para aumentar a utilização de recursos renováveis para geração de energia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1984	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2005 (fev)	Embraer envia missão ao Brunei, para manter entendimentos com vistas à sua participação em concorrência para a compra de aviões de patrulha marítima
2005 (jun)	Embaixador Luiz Augusto de Araujo Castro visita Brunei, como Enviado Especial do Presidente de República aos países da ASEAN, para tratar da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas
2007 (jul)	No âmbito da programação oficial do 61º aniversário do Sultão Bolkiah, apresentação de grupo brasileiro de capoeira é organizado pelo Embaixador não-residente do Brasil junto ao Brunei, na capital daquele país
2007 (ago)	Participação do Príncipe Mohamed Bolkiah, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília. Encontro com o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim.
2008 (nov)	Dato Lim Jock Hoi, Secretário-Geral da Chancelaria, chefia a delegação bruneína na I Reunião Ministerial Mercoaul-ASEAN, em Brasília.
2009 (ago)	Apresentação de credenciais do Embaixador Sergio Arruda ao Sultão do Brunei.
2010 (mai)	Visita ao Brasil e apresentação de credenciais da Embaixadora do Brunei (residente no Canadá), Rakiah Haji Abdul Lamit.
2011 (abr)	Visita do Tenente-Coronel M. D. Shafiee Bin Haji Duraman, por ocasião da LAAD 2011, no Rio de Janeiro.
2011 (jul)	Embaixador brasileiro participa da Feira de Defesa BRIDEX 2011 e encontra-se com o Sultão e com o Chanceler do Brunei.
2011 (ago)	Sra. SGAP-II mantém encontro bilateral com o Segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brunei, em Buenos Aires, à margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL.
2012 (jun)	Participação do Ministro de Energia do Brunei, Yasmin Umar, na Conferência Rio+20.
2013 (fev)	Visita da então Subsecretária-Geral Política II do MRE ao Brunei
2014 (mar)	Embaixadora em Kuala Lumpur apresenta credenciais ao Sultão do Brunei.
2014 (mai)	Embaixadora do Brasil em Kuala Lumpur visita o Brunei com o objetivo de explorar oportunidades de comércio e investimentos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século XV	O Sultanato islâmico do Brunei toma o controle da Ilha de Bornéu.
1521	Navegador espanhol Juan Sebastian del Cano visita Brunei.
1841	Oficial britânico recebe do Sultão do Brunei, como prêmio por ter ajudado a controlar uma guerra civil, o controle do estado de Sarawak.
1846	Brunei cede a ilha de Labuan para a Grã-Bretanha e assume o tamanho atual de seu território.
1849-1854	Britânicos expulsam piratas malaios que agiam na região entre Cingapura e Bornéu.
1888	Brunei se torna um protetorado britânico.
1906	Brunei passa a ser administrado por oficial inglês; o Sultão ainda é a maior autoridade nominal.
1929	Começa a exploração de petróleo no Brunei.
1941-1945	Japão ocupa Brunei.
1950	Omar Ali Saifuddin III é nomeado Sultão.
1959	Sultão Omar outorgou a primeira Constituição do país, que institui o islamismo como religião oficial e manteve a Grã-Bretanha como responsável pela Defesa e Relações Exteriores.
1962	Eleições legislativas são anuladas com a vitória da esquerda anti-sultanato; o Sultão governa por Decreto e adota estado de emergência, que permanece em vigor.
1963	Brunei decide permanecer protetorado britânico e não se juntar à Federação da Malásia.
1967	Hassanal Bolkiah é nomeado Sultão após a abdicação de seu pai, que permanece no Governo como assessor-chefe.
1984	Brunei torna-se independente; Parlamento é fechado.
1984	Brunei passa a integrar a ASEAN.
1985	Governo legaliza o Partido Democrático Nacional do Brunei (BNDP).
1986	Governo legaliza o Partido da Solidariedade Nacional do Brunei (BNSP).
1988	Governo bane BNDP e BNSP.
1995	Governo permite a atuação do BNSP, mas depois invalida essa medida.
1998	O filho mais novo do Sultão, Príncipe Jefri Bolkiah, é retirado da chefia da Agência de Investimentos do Brunei, ante denúncias sobre sua administração.
2000	Governo processa o Príncipe Jefri Bolkiah por uso indevido de

	fundos públicos. Caso é resolvido fora do Corte, mas documentos revelam que o Príncipe gastou cerca de US\$ 2,7 bilhões em bens de luxo ao longo de 10 anos. O Príncipe concorda em devolver todo o patrimônio retirado da agência de investimentos pública.
2000 (ago)	Com vistas à diversificação da economia nacional, Governo do Brunei anuncia que manterá 25% da força de trabalho fora da indústria petrolífera.
2001 (nov)	Brunei sedia Cúpula da ASEAN.
2004 (set)	Sultão Bolkiah reabre o Parlamento, após 20 anos de fechamento. O novo Parlamento tem 21 membros, indicados pelo Sultão. Posteriormente, a Constituição recebe emenda, que permite a eleição direta de 15 dos 21 membros do parlamento seguinte, porém não é marcada data para a eleição.
2005 (mai)	Reforma ministerial introduz novas personalidades e ministros com experiência no setor privado.
2005 (ago)	Partido do Desenvolvimento Nacional é registrado.
2007 (fev)	Brunei assina, com Malásia e Indonésia, declaração que acorda a conservação da floresta tropical de parte da Ilha de Bornéu
2008 (jun)	O Príncipe Jefri Bolkiah é condenado à prisão por juízes bitânicos, por violação à ordem do Tribunal de devolver bilhões de dólares ao governo do Brunei
2010 (fev)	Brunei é considerado paraíso fiscal pela França
2010 (dez)	Malásia e Brunei iniciam exploração petrolífera conjunta de áreas fronteiriças que estavam em disputa desde 2003
2014 (abr)	O Sultão introduz um sistema penal Islâmico (sharia).

ATOS BILATERAIS

Não há atos firmados entre os dois países.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

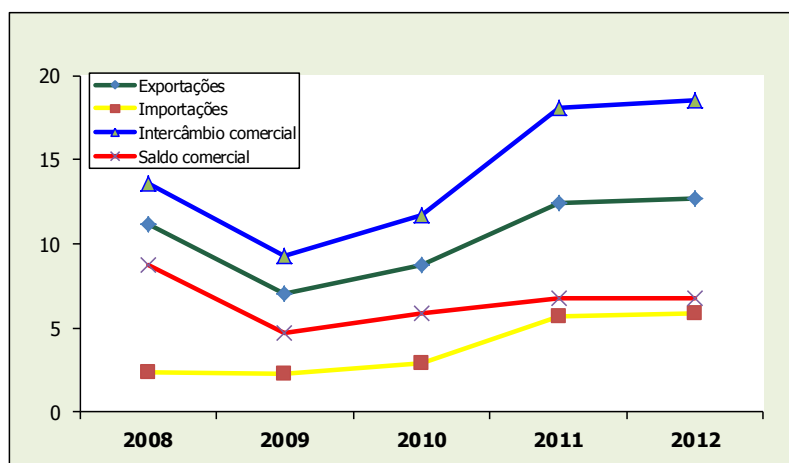
Evolução do comércio exterior⁽¹⁾ US\$ bilhões

Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2008	11,2	2,4	13,6	8,8
2009	7,0	2,3	9,3	4,7
2010	8,8	2,9	11,7	5,9
2011	12,5	5,7	18,1	6,8
2012	12,7	5,9	18,5	6,8
Var. % 2008-2012	13,4%	144,6%	36,6%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. Última posição disponível.

(n.c.) Dado não calculado.



O comércio exterior do Brunei apresentou, em 2012, crescimento de 36,6% em relação a 2008, de US\$ 13,6 bilhões para US\$ 18,5 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Brunei figurou como o 104º mercado mundial, sendo o 79º exportador e o 143º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, totalizando em 2012 saldo positivo de US\$ 6,8 bilhões.

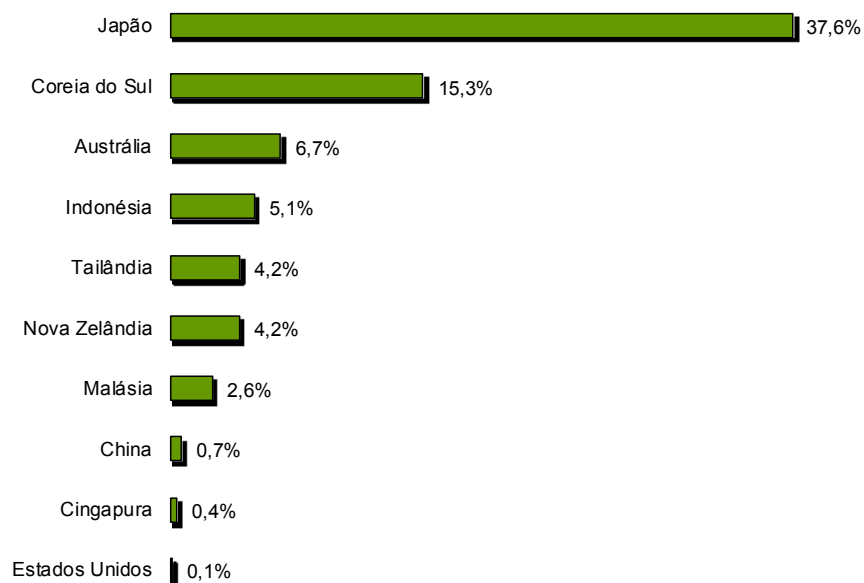
Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Japão	4,76	37,6%
Coreia do Sul	1,94	15,3%
Austrália	0,85	6,7%
Indonésia	0,65	5,1%
Tailândia	0,53	4,2%
Nova Zelândia	0,53	4,2%
Malásia	0,32	2,6%
China	0,09	0,7%
Cingapura	0,06	0,4%
Estados Unidos	0,02	0,1%
...		
Brasil	0,00004	0,0003%
Subtotal	9,74	76,8%
Outros países	2,94	23,2%
Total	12,68	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. Última posição disponível.

10 principais destinos das exportações



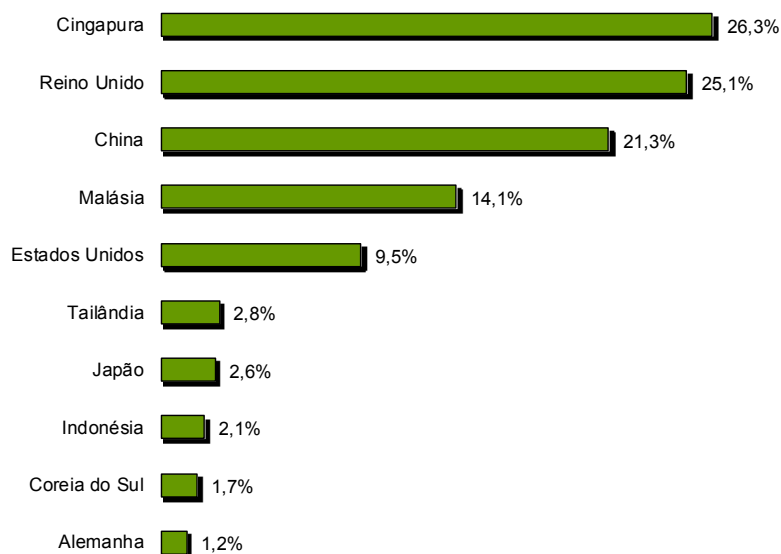
As vendas do Brunei foram direcionadas em grande parte para os países da Ásia, que absorveram 86% do total. O Japão foi o principal destino das vendas do país, com 37,6% do total em 2013. Seguiram-se: Coreia do Sul (15,3%); Austrália (6,7%); Indonésia (5,1%); Tailândia (4,2%) e Nova Zelândia (4,2%). O Brasil posicionou-se no 20º lugar entre os compradores do Brunei.

**Origem das Importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Cingapura	1,54	26,3%
Reino Unido	1,47	25,1%
China	1,25	21,3%
Malásia	0,83	14,1%
Estados Unidos	0,56	9,5%
Tailândia	0,16	2,8%
Japão	0,15	2,6%
Indonésia	0,12	2,1%
Coreia do Sul	0,10	1,7%
Alemanha	0,07	1,2%
...		
Brasil	0,002	0,03%
Subtotal	6,27	106,8%
Outros países	-0,40	-6,8%
Total	5,87	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. Última posição disponível.*

10 principais destinos das exportações



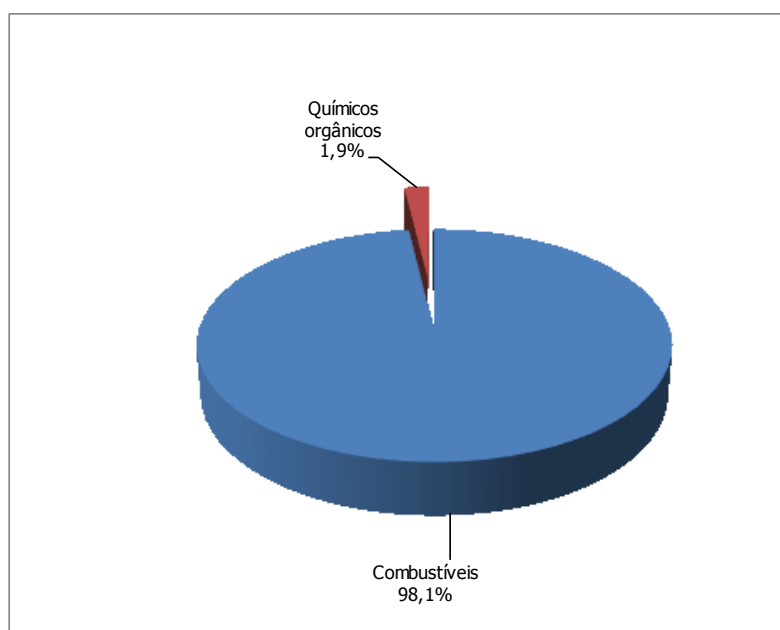
Os países asiáticos são também os principais abastecedores do mercado do Brunei. Em 2012, somaram 69% do total, seguidos da União Europeia com 22%. Individualmente, Cingapura foi o principal fornecedor de bens para o Brunei, com 26,3% do total. Seguiram-se: Reino Unido (25,1%); China (21,3%); Malásia (14,1%); Estados Unidos (9,5%); e Tailândia (2,8%). O Brasil posicionou-se no 27º lugar entre os fornecedores do mercado do Brunei, com 0,03% do total.

Composição das exportações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	12,4	98,1%
Químicos orgânicos	0,2	1,9%
Subtotal	12,7	100,0%
Outros	0,0	0,0%
Total	12,7	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, April 2014.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. Última posição disponível.*

10 principais grupos de produtos exportados



A pauta das exportações do Brunei é composta em quase sua totalidade por combustíveis. Em 2012, os combustíveis (óleo de petróleo em bruto e gás de petróleo) somaram 98,1% do total, seguidos de produtos químicos orgânicos (álcool acíclico) com 1,9%.

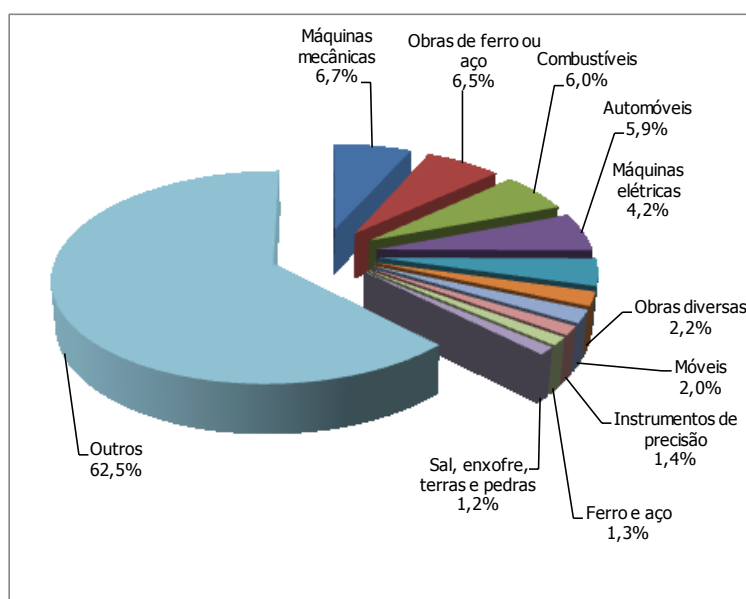
Composição das importações US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 2 ⁽¹⁾	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,39	6,7%
Obras de ferro ou aço	0,38	6,5%
Combustíveis	0,35	6,0%
Automóveis	0,35	5,9%
Máquinas elétricas	0,25	4,2%
Obras diversas	0,13	2,2%
Móveis	0,12	2,0%
Instrumentos de precisão	0,08	1,4%
Ferro e aço	0,08	1,3%
Sal, enxofre, terras e pedras	0,07	1,2%
Subtotal	2,20	37,5%
Outros	3,67	62,5%
Total	5,87	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do UN/UNCTAD/ITC/Trademap, Abril 2014.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais. Última posição disponível.

10 principais grupos de produtos importados



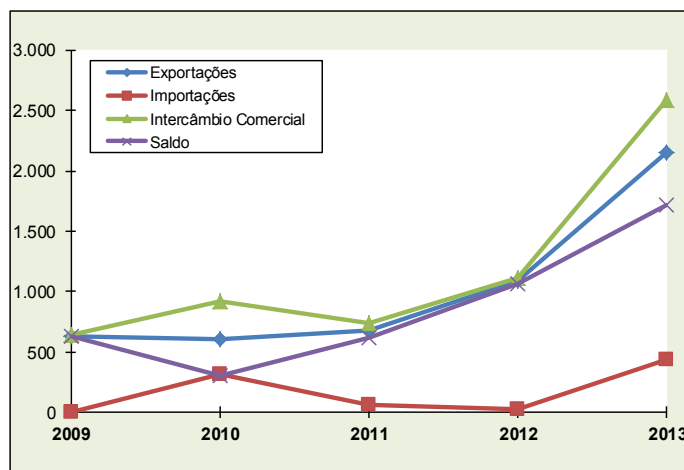
A pauta das importações do Brunei apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado. Em 2012, as máquinas mecânicas somaram 6,7%, seguidas de obras de ferro ou aço (6,5%); combustíveis (6,0%); automóveis (5,9%); máquinas elétricas (4,2%); obras diversas (2,2%); e móveis (2,0%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var.%	Valor	Var.%	Valor	Var.%	
2009	635	-59,5%	1	-98,2%	637	-61,4%	634
2010	609	-4,2%	309	20874,5%	918	44,2%	299
2011	678	11,5%	65	-78,8%	744	-18,9%	613
2012	1.092	61,0%	22	-66,3%	1.114	49,8%	1.070
2013	2.153	97,2%	432	1855,5%	2.585	132,0%	1.722
2013 (jan-mar)	342	55,0%	1	-70,3%	343	52,3%	341
2014 (jan-mar)	215	-37,2%	202	13960,0%	417	21,3%	13
Var. % 2009-2013	239,0%		29192,5%		306,1%		n.c.

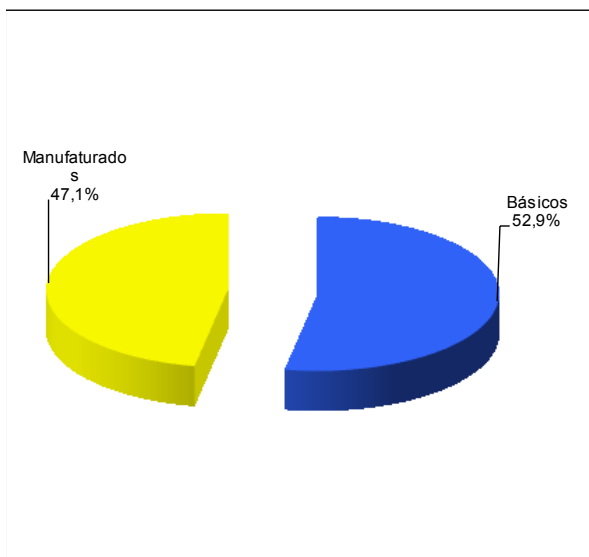
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
(n.c.) Dado não calculado.*

Brunei foi o 183º parceiro comercial brasileiro, com participação de 0,001% no comércio exterior brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 306,1%, de US\$ 637 mil para US\$ 2,59 milhões. Nesse período, as exportações aumentaram 239% e as importações, 29.192,5%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1,72 milhão em 2013.



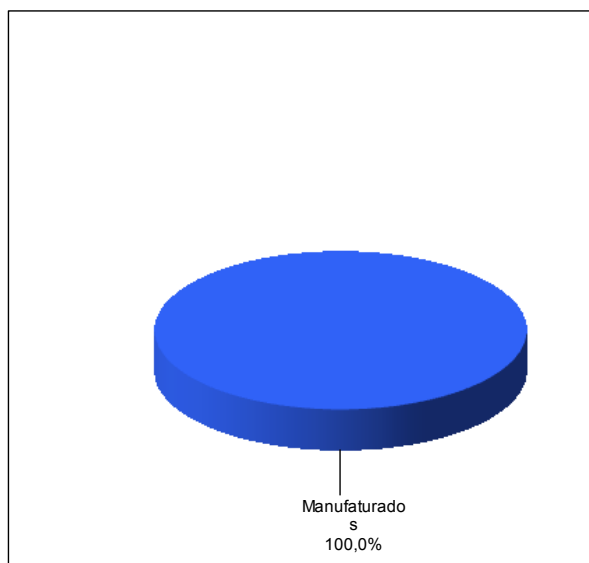
Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2013

Exportações



As exportações brasileiras para o Brunei são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 52,9% do total em 2013, com destaque para carnes. Os manufaturados posicionaram-se em seguida com 47,1% (calçados, preparações de carnes, instrumentos de precisão e produtos farmacêuticos).

Importações



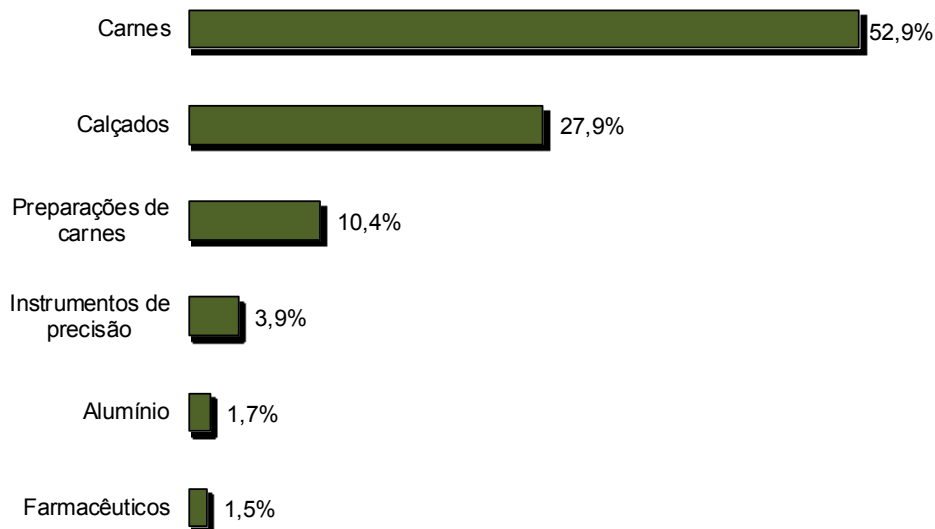
Os produtos manufaturados somaram a totalidade da pauta das importações brasileiras procedentes do Brunei, representados por máquinas, obras de ferro ou aço, automóveis e aviões.

**Composição das exportações brasileiras
US\$ mil, fob**

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Carnes	92,0	406,0	1.139,0	52,9%
Calçados	299,0	435,0	601,0	27,9%
Preparações de carnes	139,0	135,0	223,0	10,4%
Instrumentos de precisão	3,0	0,5	85,0	3,9%
Alumínio	27,0	0,0	37,0	1,7%
Farmacêuticos	26,0	12,0	32,0	1,5%
Subtotal	586	988	2.117	98,3%
Outros produtos	92	104	36	1,7%
Total	678	1.092	2.153	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



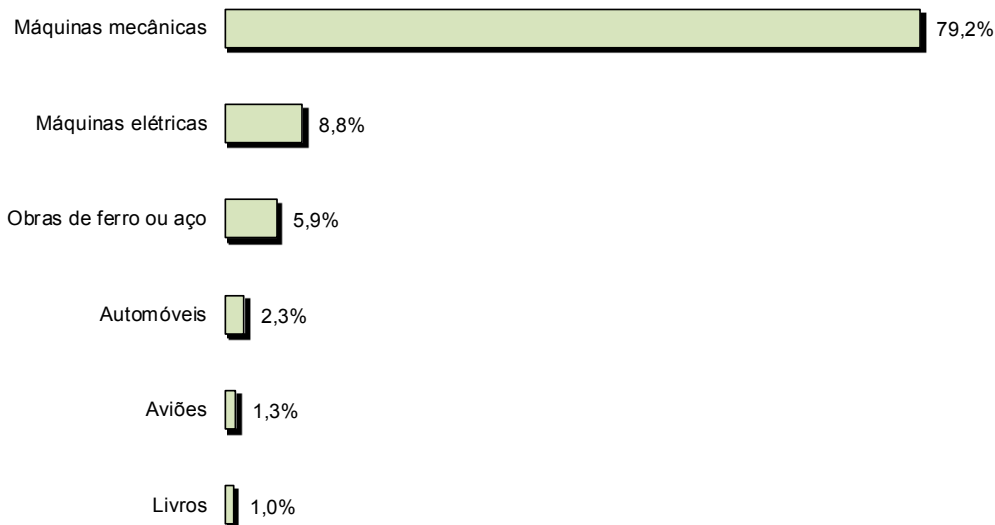
Carnes (de frango e suína) foram o principal grupo de produtos brasileiros exportado para o Brunei. Em 2013, as carnes somaram 52,9% do total, seguidas de calçados com 27,9%; preparações de carnes (10,4%); instrumentos de precisão (3,9%); e alumínio (1,7%).

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	
			Valor	Part. % no total
Máquinas mecânicas	0,0	0,0	342,0	79,2%
Máquinas elétricas	49,6	17,4	38,2	8,8%
Obras de ferro ou aço	5,3	0,5	25,4	5,9%
Automóveis	0,0	0,0	9,7	2,3%
Aviões	0,0	0,0	5,5	1,3%
Livros	0,0	0,0	4,2	1,0%
Subtotal	54,9	17,8	424,9	98,4%
Outros produtos	10,6	4,2	6,8	1,6%
Total	65,4	22,1	431,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



Na pauta das importações brasileiras originárias do Brunei, predominam os bens industrializados. Em 2013, as máquinas mecânicas (partes de motores e bronzes) foram o principal grupo de produtos importado pelo Brasil e representaram 79,2% do total, seguidas de máquinas elétricas (bobinas de reatância, núcleos de pó ferromagnético, aparelhos elétricos de sinalização acústica/visual) com 8,8%; obras de ferro ou aço (obras forjadas/estampadas, outros artefatos não roscados) com 5,9%; automóveis (freios) com 2,3%; e aviões com 1,3%.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 3 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil
Exportações					
Carnes	81,4	23,8%	176,6	82,3%	
Borracha	0,0	0,0%	16,5	7,7%	
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	10,3	4,8%	
Farmacêuticos	11,8	3,4%	6,0	2,8%	
Obras de pedra/cimento	0,0	0,0%	3,4	1,6%	
Subtotal	93,2	27,2%	212,8	99,1%	
Outros produtos	248,8	72,8%	1,9	0,9%	
Total	342,0	100,0%	214,7	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil					
Importações					
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	149,6	74,1%	
Máquinas elétricas	1,4	100,0%	38,3	18,9%	
Obras de ferro e aço	0,0	0,0%	8,3	4,1%	
Automóveis	0,0	0,0%	3,5	1,7%	
Livros	0,0	0,0%	2,3	1,1%	
Subtotal	1,4	100,0%	202,0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	1,4	100,0%	202,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.